MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DE SERGIPE – SFA/SE

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2011

ARACAJU – SE - EXERCÍCIO 2012

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DE SERGIPE – SFA/SE

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2011

Relatório de Gestão do Exercício de 2011, apresentado à Controladoria Geral da União e ao Tribunal de Contas da União, como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do art. 71 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativo TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010, e com as Decisões Normativas nº 108/2010, 117/2011, e as Portarias nº 2.546/2010- CGU e 123/2011 do TCU.

RESPONSÁVEL PELA CONSOLIDAÇÃO: SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO – SPA/SFA/SE

ARACAJU – SE - EXERCÍCIO 2012

Augusto Cesar de Mendonça Viana
SUPERINTENDENTE

Naum de Araújo
CHEFE DA DIVISÃO DE POLÍTICA, PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO

Carlos Augusto Leal
CHEFE DA DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA

Eduardo Luiz Silva Costa
CHEFE DO SERVIÇO DE SAÚDE, INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO ANIMAL

Andre Barreto Pereira
CHEFE DO SERVIÇO DE SANIDADE, INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO VEGETAL

Ambrosina de Oliveira Teixeira Ribeiro
CHEFE DO SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO

José Ronilson dos Santos
SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO

Regis Renner Vasconcelos Malta Júnior
CHEFE DA SEÇÃO DE APOIO OPERACIONAL E DIVULGAÇÃO - SAOD

Denise Carvalho Barreto
CHEFE DA SEÇÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA

Rita de Cássia Guimarães Carvalho Ferro
CHEFE DA SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Milton Correia dos Santos Filho
CHFE DA SEÇÃO DE ATIVIDADES GERAIS

Aldecir dos Santos Oliveira
CHEFE DO SETOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Márcio Machado da Cruz
CHEFE DO SETOR DE COMPRAS E CONTRATOS

Valmir Cardoso
NÚCLEO DE TRANSPORTES

Ivanete Barbosa Silva
NÚCLEO DE PROTOCOLO

José Diógenes Pinheiro Júnior
NÚCLEO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

Sinval Aragão Almeida
CHEFE DA SEÇÃO DE SUPORTE AGROPECUÁRIO

LISTAS DE ABREVEAÇÕES E SIGLAS

AIE – Anemia Infecciosa Eqüina
BBPF – Boas Práticas de Fabricação
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
CGU – Controladoria Geral da União
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COAGRE – Coordenação de Agroecologia
COAGRI – Cooperativa Agropecuária Industrial
CPL – Comissão Permanente de Licitação
CPOrg/SE – Comissão da Produção Orgânica do Estado de Sergipe
CFO - Certificação Fitossanitária de Origem.
DDA – Divisão de Defesa Agropecuária
DPDAG – Divisão de Política produção e Desenvolvimento Agropecuário
EMDAGRO – Empresa de Desenvolvimento Agropecuário do estado de Sergipe
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ERRADMOSCA – Erradicação da Mosca da Carambola
FFA – Fiscal Federal Agropecuário
FISAGROTOX - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins
FISCANIMAL - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos
FISCALSEM - Fiscalização de Sementes e Mudas
FISCINAN - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal
FISCORGEN - Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados
FISFECOI – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes
FISPROVET – Fiscalização de Produtos Veterinários
FISCPLANTA – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos
GRSC – granja Reprodutora de Suíno
GTA – Guia de Trânsito de Animais
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IN – Instrução Normativa
INSPANIMAL – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal
IPVEGETAL – Inspeção e Fiscalização de produtos de Origem Vegetal
LOA – Lei orçamentária Anual
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
NAj/AGU – Núcleo de Assessoramento Jurídico da Advocacia Geral da União
OCI – Órgão de Controle Interno
OGM – Organismos Geneticamente Modificados
PADCLASSIF – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais
PCAVES – Programa Nacional de Sanidade Avícola
PCSUIDEOS – Programa de Controle e Erradicação de Doença dos Suídeos
PI – Plano Interno
PNCEBT - Programa de Controle e Erradicação da Tuberculose e Brucelose dos Bovinos e Bubalinos
PNCRC - Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes
PNCRH - Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalopatia espongiforme Bovina

PND – Plano Nacional de Desimobilização
PNSAA – Programa de Controle e Erradicação das Doenças dos Animais Aquáticos
PNSE - Programa de Controle e Erradicação das Doenças dos Eqüinos
POA – Plano Operativo Anual
PPA – Plano Plurianual
PTV - Permissão de Trânsito de Vegetais.
SAD - Serviço de Apoio Administrativo
SAOD – Seção de Apoio Operacional e Divulgação
SAG – Seção de Atividades Gerais
SFA/SE - Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Sergipe
SEOF – Seção de Execução Orçamentária e Financeira
SGP – Seção de Gestão de Pessoas
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração Recursos Humano
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SIAGRO – Sistema de Defesa Agropecuário
SIF – Sistema de Inspeção Federal
SIOR – Sistema de Informação Orçamentárias e financeiras
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIPLAN – Sistema de Integrado de Planejamento
SISA – Sistema de Inspeção e Saúde Animal
SIFISA – Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal
SIFISV - Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal
SPA – Seção de Planejamento e Acompanhamento
SUASA – Sistema de Único de Saúde Animal
TCE – Tomada de Contas Especial
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UVL Unidade Veterinária Local
UVAGRO – Unidade de Serviços de Vigilância de Produtos Agropecuários
VIGIFITO – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de vegetais, seus Produtos e Insumos

LISTA DE TABELAS

Tabela nº 01 - Identificação 22

Tabela nº 02 a 09 – Programas de governo sob a responsabilidade da Unidade 25 a 29

Tabela nº 10 – Identificação da Unidade Orçamentária da SFA/SE 40

Tabela nº 11 - Movimentação Orçamentária e por Grupo de Despesa 40

Tabela nº 12 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos da UG 41

Tabela nº 13 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação 41

Tabela nº 14 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação 42

Tabela nº 15 - Resultados dos Indicadores Institucionais 43

Tabela nº 16 - Resultados dos Indicadores Institucionais 44

Tabela nº 17 - Resultados dos Indicadores Institucionais 44

Tabela nº 18 - Painel dos Indicadores dos Macroprocessos 45

Tabela nº 19 – Indicadores das Fiscalizações Realizadas 47

Tabela nº 20 - Indicadores da Classificação e Padronização de Produtos Vegetais 47

Tabela nº 21 - Indicadores da Inspeção de Produtos de Origem Animal, Vegetal e seus Subprodutos. 47

Tabela nº 22 - Indicadores das Ações de Defesa Vegetal 48

Tabela nº 23- Indicadores das Ações de Defesa Animal 48

Tabela nº 24 - Indicadores da Vigilância Agropecuária no Estado 49

Tabela nº 25 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores 50

Tabela nº 26 - Composição do Quadro de Recursos Humanos 51

Tabela nº 27 – Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada 51

Tabela nº 28 – Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da SFA/SE 52

Tabela nº 29 – Quantificação do quadro de pessoal da SFA/SE segundo a idade 52

Tabela nº 30 - Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade 52

Tabela nº 31 - Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria 53

Tabela nº 32 – Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada 53

Tabela nº 33 - Composição do Quadro dos Estagiários 53

Tabela nº 34 – Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada 54

Tabela nº 35 - Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade 55

Tabela nº 36 - Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão 55

Tabela nº 37 - Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos 56

Tabela nº 38 - Painel de Indicadores de Recursos Humanos 56

Tabela nº 39 - Relação dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de 2011 58

Tabela nº 40 - Quantidade de Resumo dos Instrumentos Celebrados pela SFA/SE nos Três Últimos Exercícios 58

Tabela nº 41 - Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2011 e Exercícios Seguintes 59

Tabela nº 42 - Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela SFA/SE na Modalidade de Convênio, Termo de Parceria e Contrato de Repasse 59

Tabela nº 43 - Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse 60

Tabela nº 44 - Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93 61

Tabela nº 45 - Estrutura de controles internos da UJ 62

Tabela nº 46 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis 63

Tabela nº 47 - Distribuição dos Bens Imóveis de uso Especial em Propriedade da União 65

Tabela nº 48 - Distribuição dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob a Responsabilidade da SFA/SE 66

Tabela nº 49 - Gestão de Tecnologia da Informação (TI) 67

Tabela nº 50 - Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do Governo Federal 68

Tabela nº 51 - Utilização dos Cartões de Crédito Corporativo da Unidade 68

Tabela nº 52 - Recomendações do OCI atendidas no exercício 69

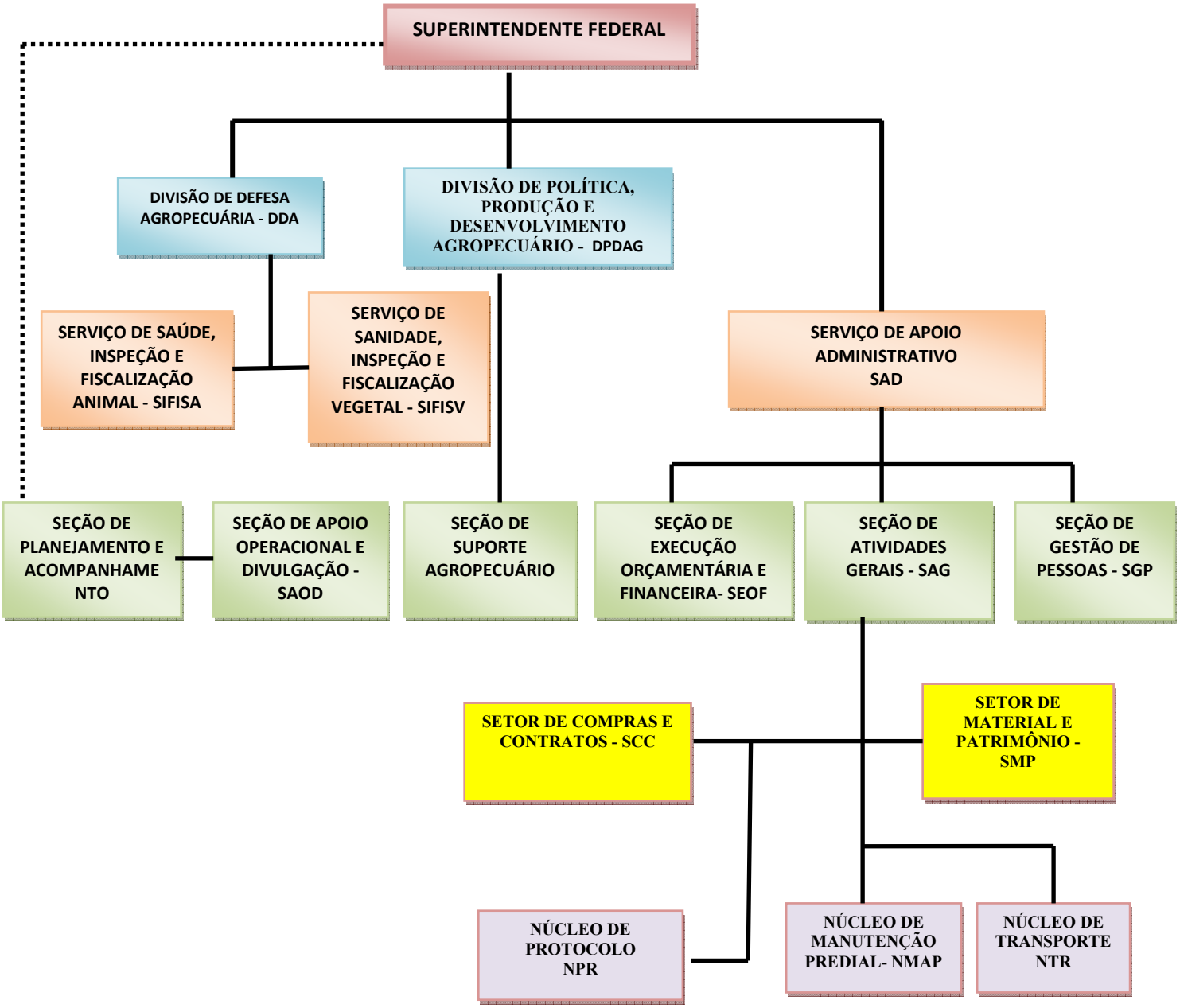
SUMÁRIO

Organograma Funcional.....	12
Introdução	18
1. Identificação da Unidade Jurisdicionada	22
1.1. Relatório de Gestão Individual	22
2. Informações sobre o Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira da Unidade	23
2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade	23
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais	24
2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da SFA/SE	25
2.3.1Execução dos programas de Governo Sob a Responsabilidade da SFA/SE	25
2.3.1.1 Programa 0750 – Apoio Administrativo	25
2.3.1.2 Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	25
2.3.1.3 Programa0357 – Segurança da na Sanidade Agropecuária	26
2.3.1.4. Programa 0375 – Qualidade dos Insumos e Serviços Agropecuários	26
2.3.1.5 Programa 1426 – Conservação, Manejo Uso Sustentável da Agrobiodiversidade....	27
2.3.1.6 Programa 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	28
2.3.1.7 Programa 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário	29
2.3.2 Execução Física das Ações Sob a Responsabilidade da SFA/SE	29
2.3.2.1 Ações do Programa 0750 – Apoio Administrativo	30
2.3.2.2 Ações do Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	31
2.3.2.3 Ações do Programa 0357 – Segurança na Sanidade Agropecuária	33
2.3.2.4 Ações do Programa 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	36
2.3.2.5 Ação do Programa 1426 - Conservação, Manejo e uso Sustentável da Agrobiodiversidade	39
2.4 Desempenho Orçamentário e Financeiro da SFA/SE	40
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa	40
2.4.2 Movimentação Orçamentária e por Grupo de Despesa.....	40
2.4.3 Execução Orçamentária da Despesa	41
2.5 Indicadores Institucionais	43
2.5.1 Resultados dos Indicadores Institucionais	43
2.5.2 Indicadores de Desempenho Operacional	44
3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	50
4. Informações sobre a Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores ..	50
4.1 Pagamento e Cancelamentos de restos a Pagar de Exercícios Anteriores	50
5. Informações sobre Recursos Humanos da Unidade	51
5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos	51
5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada	51
5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada	51
5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade	52
5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade	52

5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade	52
5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	53
5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria	53
5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada	53
5.3 Composição do Quadro de Estagiários	53
5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada	54
5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada	55
5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva	55
5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão	55
5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	56
6. Transferências Voluntárias mediante Convênio, Contrato de Repasse, termo de cooperação ..	58
6.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011	58
6.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios	58
6.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes	59
6.4 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse	59
6.5 Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse	60
7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas	61
8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas	61
9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ	62
10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010	63
11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ	65
11.1 Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	65
11.2 Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	66
11.3 Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade UJ	66
12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ	66
12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	67
13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008	68

13.1 Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício.	68
13.2 Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade	68
14. Informações sobre Renúncia Tributária	68
15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno	68
15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício	68
15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício	69
15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício	69
15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício	70
16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno	70
17. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada	70
18. Resultados e Conclusões	71

Organograma Funcional



Competências Técnicas Institucionais da SFA/SE

1. Unidades de Assistência Direta:

Seção de Planejamento e Acompanhamento – SPA:
I - promover o processo de gestão estratégica, alinhado à estratégia corporativa do MAPA;
II - promover o processo de gestão operacional;
III - elaborar relatórios, periódicos e anuais, referentes à programação e ao monitoramento das execuções das ações, inclusive nos aspectos físico-orçamentário e financeiro;
IV - apoiar a realização dos levantamentos, prognósticos, diagnósticos e estudos relativos ao setor agropecuário, na Unidade da Federação, para apoiar as ações do MAPA;
V - acompanhar auditorias técnico-fiscais e operacionais relacionadas às programações físico-financeiras das ações desempenhadas por:
a) unidades administrativas executoras das atividades de defesa, inspeção e fiscalização, vigilância e desenvolvimento agropecuários, bem como demais atividades voltadas ao agronegócio;
b) instâncias intermediárias e locais do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária; e
c) órgãos estaduais e municipais, bem como, entidades privadas, executores de ações delegadas pelo MAPA; e
VI - consolidar dados e compor o Relatório de Gestão da Superintendência Federal

Seção de Apoio Operacional e Divulgação – SAOD:
I - promover o processo de gestão estratégica, alinhado à estratégia corporativa do MAPA, quanto a apoiar o titular da SFA/MAPA nas atividades de:
a) agenda de trabalho, cerimonial, despachos e representação institucional; e
b) relacionamento com imprensa e promoção institucional;
II - promover atividades de comunicação visual;
III - auxiliar na divulgação de notícias e informações, bem como distribuir publicações e material audiovisual para os parceiros do agronegócio;
IV - receber e adequar as informações das demais unidades administrativas e encaminhá-las ao órgão setorial de comunicação de governo para divulgação;
V - manter atualizado cadastro de autoridades do setor público, em todas as esferas, e de instituições relacionadas às competências da SFA/MAPA;
VI - providenciar a publicação de portarias, instruções, ordens de serviço e outros atos administrativos, observadas as instâncias de competências e orientações normativas dos órgãos específicos singulares e setoriais do MAPA;
VII - coordenar e executar as atividades inerentes à tecnologia da informática no âmbito da SFA/MAPA; e
VIII - consolidar dados e compor o Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

2. Unidades de Execução da Área Finalistica:

Divisão de Defesa Agropecuária – DDA:
I - coordenar, acompanhar, orientar e avaliar a execução das atividades finalísticas;
II - implementar a operacionalização de:
a) ações demandadas pelo Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária e pelos Sistemas Brasileiros de Inspeção de Produtos de Origem Animal, de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, de Insumos Agrícolas e de Insumos Pecuários;
b) coleta e transmissão das informações e dados sobre defesa agropecuária;

c) mecanismos para liberação de autorizações prévias para importação e exportação de animais e produtos de origem animal e vegetal; e
d) mecanismo alimentador do sistema integrado de cobrança de multas e taxas;
III - manter articulações com órgãos públicos que exercem atividades de defesa agropecuária, respeitada a subordinação hierárquico-administrativa;
IV - participar da elaboração de indicadores de desempenho institucional e operacional;
V - programar e promover auditorias técnicas e operacionais das atividades desempenhadas pelas unidades administrativas hierarquicamente subordinadas;
VI - coordenar e acompanhar os detalhamentos e execuções dos Planos Operativos Anuais, consoante diretrizes específicas da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA;
VII - implementar mecanismos de articulação técnico-administrativa com as demais unidades técnico-administrativas da SFA/MAPA, com vistas a assegurar o cumprimento das programações das ações de defesa agropecuária;
VIII - promover e propor a organização, bem assim coordenar, apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em eventos e colegiados, inclusive fóruns e comissões regionais, estaduais e municipais, relacionados às atividades de competência;
IX - consolidar dados específicos e emitir relatórios das atividades de defesa agropecuária desempenhadas, e subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão da Superintendência Federal;
X - planejar, orientar e acompanhar as atividades desempenhadas pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de interesse da defesa agropecuária; e
XI - propor, em articulação com os Serviços de Planejamento e Acompanhamento ou as Seções de Planejamento e Acompanhamento, os indicadores de desempenho operacional da defesa agropecuária.

Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal – SIFISA:
I - programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de:
a) vigilância sanitária e epidemiológica;
b) prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais;
c) emissão de certificado sanitário internacional para a exportação de animais vivos, material genético de animais (sêmen, embriões, óvulos, ovos férteis de aves), produtos de origem animal, material biológico ou patológico de interesse veterinário, observados os requisitos estabelecidos pelo país importador;
d) autorização de importação para animais vivos e de material genético de animais, observados os requisitos estabelecidos pelo M A PA ;
e) anuência de importação de produtos de origem animal, material biológico ou patológico de interesse veterinário, observados os requisitos estabelecidos pelo MAPA;
f) aplicação de medidas de defesa sanitária animal, com vistas a evitar disseminação de doenças;
g) educação sanitária;
h) auditorias técnico-fiscal e operacional de campanhas sanitárias;
i) cadastro, habilitação e capacitação de médicos veterinários sem vínculo com a administração pública, para a execução de atividades de saúde animal;
j) inquéritos epidemiológicos; e
k) rastreabilidade animal;
II - orientar e acompanhar:
a) aplicação das normas sanitárias que disciplinam o trânsito interestadual e internacional de animais e a realização de exposições, feiras, leilões, e outras aglomerações de animais;
b) realização de exames laboratoriais, tratamentos e vacinações, para fins de expedição dos certificados sanitários internacionais de origem, na exportação de animais vivos, de sêmen animal, de embriões de animais e de ovos férteis de aves;

c) emissão de certificados sanitários para exportação de animais vivos e produtos de origem animal, na forma da legislação; e
d) bem-estar animal, quanto aos aspectos de saúde e no transporte por qualquer meio;
III - coletar, processar e manter os dados do sistema de informações sanitárias e epidemiológicas;
IV - orientar, acompanhar, controlar e proceder a supervisões das atividades de defesa sanitária animal executadas pelos médicos veterinários particulares, previamente habilitados;
V - orientar, controlar e auditar execuções de convênios, ajustes, acordos, contratos e demais instrumentos de parceria voltados à defesa sanitária animal, emitindo parecer técnico sobre o trabalho realizado;
VI - propor e acompanhar realização da quarentena de animais;
VII - acompanhar e orientar, quando necessário, as atividades de fiscalização desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que diz respeito às atividades de competência;
VIII - elaborar plano operativo anual das ações de defesa sanitária, conforme orientação técnica do Departamento de Saúde Animal, da SDA/MAPA;
IX - gerenciar as programações orçamentárias e as execuções das programações físicas das ações específicas de suas atividades;
X - apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às atividades de competência;
XI - instruir processo administrativo fiscal decorrente de infração aos dispositivos legais; e
XII - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal – SIFISV:
I - programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de:
a) vigilância fitossanitária;
b) prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais;
c) aplicação das medidas de defesa fitossanitária, com vistas a evitar a disseminação de pragas dos vegetais;
d) educação fitossanitária;
e) fiscalização das atividades relacionadas aos organismos geneticamente modificados, em articulação com o SEFIA, SIFISV e SEFAG/DDA; e
f) acompanhamento das atividades e realização de auditorias técnico-fiscais e operacionais relacionadas com centros colaboradores e estações quarentenárias.
II - orientar e acompanhar:
a) a aplicação das normas sanitárias que disciplinam:
1. importação e exportação de vegetais, partes de vegetais, produtos e subprodutos de origem vegetal e de suas embalagens; e
2. fiscalização do trânsito interestadual e internacional de vegetais, partes de vegetais e de produtos e subprodutos de origem vegetal, quando da ocorrência de pragas na região de origem;
b) articulação para a instalação de barreiras fitossanitárias, quando da ocorrência de pragas na região de origem, assim como, definir as rotas para o trânsito interestadual por produto;
c) emissão de certificados específicos e permissões de trânsito;
d) análise e instrução de processo de credenciamento de:
1. profissional, sem vínculo com a administração pública, para a execução de atividades fitossanitárias, bem como proceder ao específico cadastramento; e
2. centro colaborador e estação quarentenária;
e) cadastro, habilitação e capacitação de profissionais específicos, sem vínculo com a administração pública, para execução de atividades de sanidade vegetal;

f) atividades de defesa fitossanitária executadas pelos profissionais credenciados, e
g) apoio técnico para estabelecimento de áreas e locais livres de pragas, áreas de baixa prevalência de pragas e sistemas de medidas integradas de manejo de risco de pragas;
III - orientar, acompanhar, controlar e auditar a execução de:
a) acordos bilaterais referentes aos programas de exportação;
e
b) convênios, ajustes, acordos, contratos e demais instrumentos de parcerias voltados à defesa sanitária vegetal;
IV - cadastrar, registrar e fiscalizar propriedades rurais e empresas exportadoras que tenham aderido aos programas de exportação chancelados pelo MAPA;
V - coletar, processar e manter atualizados os dados do Sistema Nacional de Informação Fitossanitária, no âmbito regional;
VI - executar as atividades do Sistema Nacional de Avisos Fitossanitários, no âmbito da região;
VII - indicar a quarentena de vegetais e acompanhar a sua execução;
VIII - promover a execução de campanha fitossanitária;
IX - acompanhar e orientar, quando necessário, as atividades desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que diz respeito às suas atividades;
X - instruir processo administrativo fiscal decorrente de infração aos dispositivos legais;
XI - elaborar plano operativo anual das ações de sanidade vegetal, conforme orientação técnica do Departamento de Sanidade Vegetal, da SDA/MAPA;
XII - gerenciar as programações orçamentárias e as execuções das programações físicas das ações específicas de suas atividades;
XIII - apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às atividades de competência; e
XIV - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Divisões de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG:
I - promover, orientar, acompanhar e fiscalizar a execução das atividades de desenvolvimento agropecuário;
II - orientar a elaboração de propostas, analisar, acompanhar e proceder à fiscalização da execução do plano de trabalho de convênios, contratos e demais instrumentos de parceria, por órgãos e entidades públicas e privadas voltados ao desenvolvimento agropecuário e ao cooperativismo e associativismo rural, inclusive de repasses financeiros e, ainda, orientar a prestação de contas;
III - orientar, acompanhar, controlar, fiscalizar e auditar as atividades relacionadas com:
a) registro genealógico, incluindo provas zootécnicas e avaliações genéticas;
b) competições e demais atividades turfísticas e hípicas;
c) credenciamento de Organismos de Avaliação da Conformidade - OAC;
d) cadastramento de Organismos de Controle Social - OCS, na venda direta de produtos orgânicos sem certificação;
e) atividades do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica - SISORG;
f) dados e estatísticas das atividades relacionadas aos sistemas de produção orgânica;
g) mecanização e aviação agrícola;
IV - estimular a organização do setor agropecuário;
V - promover, em articulação com as cadeias produtivas, propostas de alterações de padrões e especificações de produtos agropecuários;
VI - executar, bem como orientar, acompanhar e fiscalizar a execução quando for o caso, das atividades de:

a) implementação dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica e do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica; e
b) desenvolvimento dos sistemas orgânicos de produção agropecuária;
VII - implementar e coordenar a Comissão da Produção Orgânica, na Unidade da Federação;
VIII - implementar, orientar e acompanhar a execução de atividades relativas às políticas de crédito e investimentos públicos e à produção e comercialização agropecuária;
IX - promover levantamentos, prognósticos, diagnósticos e estudos relativos ao setor agropecuário, na Unidade da Federação, visando apoiar as ações do desenvolvimento agropecuário;
X - participar das comissões regionais, estaduais e municipais de conservação do solo e da água, bem como de sementes e mudas;
XI - instruir processos administrativos decorrentes de infração aos dispositivos legais;
XII - elaborar Plano Operativo Anual de Desenvolvimento Agropecuário, conforme diretrizes da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo e orientações técnicas da SDC/MAPA;
XIII - executar, bem como orientar e acompanhar a execução, quando for o caso, em articulação com as cadeias produtivas e conforme diretrizes específicas, atividades de promoção do agronegócio brasileiro com vistas à divulgação internacional;
XIV - gerenciar as programações orçamentárias e as execuções físicas das ações específicas;
XV - promover e propor a organização, bem como coordenar, apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em eventos e colegiados, inclusive fóruns e comissões regionais, estaduais e municipais relacionados às atividades de competência;
XVI - consolidar dados específicos e emitir relatórios das atividades de política, produção e desenvolvimento agropecuários desempenhadas e subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão da Superintendência Federal;
XVII - planejar, orientar e acompanhar as atividades desempenhadas pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no que diz respeito às atividades de competência;
XVIII - propor, em articulação com o Serviço de Planejamento e Acompanhamento ou Seção de Planejamento e Acompanhamento, os indicadores de desempenho operacional da produção, política e desenvolvimento agropecuários.
XIX - Executar as atividades de fiscalização em empresas da agroindústria canavieira e da agroenergia, produtoras de açúcar e bicombustíveis, para obter informações de produção e comercialização quando demandadas pela Secretaria de Produção e Agroenergia .

INTRODUÇÃO

O Relatório foi elaborado em consonância com as disposições da Instrução Normativo TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010, e com as Decisões Normativas nº 108/2010, 117/2011, e as Portarias nº 2.546/2010- CGU e 123/2011 do TCU, que visa demonstrar de forma clara e objetiva o desempenho da Superintendência Federal da Agricultura do Estado de Sergipe – SFA/SE durante o exercício de 2011, sempre focando as ações alinhadas com atividades do agronegócio do Estado, que fazem parte dos programas de governo definidos pelo PPA de 2008 a 2011, sob a responsabilidade do MAPA, cujas foram executadas por esta Unidade e contribuíram para o desempenho do objetivo estratégico do Órgão Central.

A estrutura do Relatório segue criteriosamente o que determina a Portaria TCU nº 123, onde define que o mesmo deverá conter as partes: A, B e C e, os itens de 01 ao 31. Dessa forma a unidade apresenta alguns itens que não se aplicam a sua natureza jurisdicional quais sejam:

Itens	Justificativa
1.2. Relatório de Gestão Consolidado; 1.3. Relatório de Gestão Agregado; 1.4. Relatório de Gestão Consolidado e Agregado,	Não se Aplicam, Conforme definição da Decisão Normativa nº 108 do TCU a SFA/SE deverá apresentar o relatório do gestor **"Individual"**, classificação instituída pelo artigo 5º da IN TCU nº 63/2010.
2.3 Unidades Orçamentárias; 2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa; 2.4.2 Programação de Despesas Correntes; 2.5. Programação de Despesas Capital; 2.6. Resumo da Programação de Despesas; 2.7. Movimentação Orçamentária por grupo de Despesas; 2.8. Despesa por Modalidade de Contratação dos créditos Originários da UJ; 2.9. Despesas Correntes por grupo e Elemento de despesa dos créditos Originários da UJ; 2.10 Despesas de Capital por grupo e Elemento de despesa dos créditos Originários da UJ;	Não se Aplicam, em razão da SFA/SE ser uma Unidade Gestora e não Unidade Orçamentária, ou seja, a Superintendência só executa o orçamento.
3.1. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de créditos ou recursos.	Não se Aplicam, em razão da SFA/SE ser uma Unidade Gestora e não Unidade Orçamentária, ou seja, a Superintendência solicita o orçamento ao Órgão Central (MAPA), através de sua programação orçamentária e executa.
14.1. Renuncia Tributaria sob Gestão da Unidade Jurisdicionada; 14.2. Valores Renunciados e Respectiva	Não se Aplicam, em razão da SFA/SE ser uma Unidade Gestora, com função especifica

Contrapartida; 14.3.1 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física; 14.3.2 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica; 14.4.1 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoa Jurídica e Física; 14.4.2 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoa Jurídica; 14.5. Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renuncia Tributária; 14.6. Prestação de Contas de Renúncia de Receitas;	e com suas atividades voltadas para a Política de Agricultura do pais.
16 - Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno:	Não se Aplica, em razão da SFA/SE não possuir na sua estrutura organizacional Unidade de Controle Interno - OCI.

Durante o no exercício de 2011 a Superintendência desenvolveu 21 (vinte e uma) ações direta do PPA 2008/2011, sendo uma de apoio administrativo, onde em 95% dessas ações alcançaram as metas previstas, principalmente no que concerne a eficácia na execução, tendo como conseqüência um resultado altamente favorável e algumas realizações que agregam valor a gestão da unidade:

No período de 15 e 16 de março de 2011, a unidade promoveu o Seminário de Avaliação Técnico Administrativo, onde cada gerente apresentou as Atividades desenvolvidas no exercício de 2010 e o Planejamento para o exercício de 2011.

Periodicamente a Superintendência promove avaliação Estratégica com as gerencias para analisar os indicadores referentes aos Resultados Estratégicos relativo ao Planejamento Estratégico do Ministério da Agricultura.

Na Ação de Desenvolvimento e Fomento da Agricultura Orgânica inicialmente foi feito um levantamento diagnóstico do número e localização dos produtores orgânicos do Estado que não tinham acesso a certificação, através de reuniões e palestras, grupos de produtores e técnicos da EMDAGRO/SE e outras instituições que os acompanhariam no processo de cadastramento, elaboração de plano de manejo, elaboração do processo de controle social, etc. Em junho deste ano, durante a Semana do Alimento Orgânico, Foi feito uma nova capacitação para os membros da CPOrg-Se e para os técnicos das OCS's.

Na Ação de Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados a conquista maior foi conscientização dos produtores para o cumprimento da Resolução Normativa nº 4 da CTNBio, de 16 de agosto de 2007, que determina a distância mínima obrigatória para coexistência entre a lavoura de milho geneticamente modificado e a lavoura de milho convenciona. Neste sentido foram feitas reuniões com as revendas de semente e empresas produtoras de semente geneticamente modificadas, foram realizadas fiscalizações, por amostragem, em agricultores que plantaram milho OGM visando verificar o cumprimento das regras de coexistência por parte dos agricultores.

Na Ação de Vigilância e Fiscalização do transito Interestadual de vegetais, seus Produtos e Insumos, destaca-se como principal resultado alcançado, ausência de registros de introdução

de pragas quarentenárias, mantendo principalmente, a citricultura sergipana de livres de pragas quarentenárias.

Na Ação de Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais, com os resultados dos levantamentos realizados, pela empresa parceira e a Superintendência, o objetivo principal, que é a manutenção da sanidade vegetal, prevenção e controle de pragas exóticas, foram alcançados, vista que o Estado de Sergipe mantém o status de livre das principais pragas quarentenárias presentes.

Na Ação de Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes, o rigor na fiscalização contribui em muito para se manter ou melhorar a qualidade dos fertilizantes Inoculantes e corretivos, pois ações fiscais inibem as práticas irregulares que tanto prejudicam os agricultores.

Na Ação de Fiscalização de Semente e Mudas, considerando bom o rendimento, pois com a fiscalização rigorosa superamos em 1,7% a meta programada para 2011, com muita reunião e combate aos produtores clandestinos, mantemos o padrão de qualidade de sementes e mudas, principalmente, quanto a citricultura do Estado.

Na Ação de Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal, com a firmeza dos agentes públicos e aplicação da legislação para os estabelecimentos que detém o Serviço de Inspeção Federal – SIF, fez com que as industrias alimentícia de produtos de origem animal, ofertassem para os Sergipanos alimentos dentro dos padrões e normas estabelecidos, garantindo a segurança alimentar necessária.

Na Ação de Fiscalização de Insumos Destinados Alimentação Animal, os resultados alcançados tiveram um impacto significativo na qualidade de produção e oferta ao consumidor de produtos destinados à alimentação animal, coibindo a comercialização de alimentos em condições impróprias de consumo o que pode representar risco à saúde pública se considerarmos que tais alimentos são administrados a animais de produção.

Na Ação de Erradicação da Febre Aftosa, o rigor no acompanhamento das ações desenvolvidas pela Emdagro/SE, empresa executora do convênio de Defesa Animal, onde estão previstas metas e ações que resultam no controle da sanidade animal no estado de Sergipe..

Na Ação de Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais, o rigor no acompanhamento das ações desenvolvidas pela Emdagro/SE, empresa executora do convênio de Defesa Vegetal, onde estão previstas metas e ações que resultam o controle da sanidade animal no Estado de Sergipe.

Na Ação de Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes, a efetividade na fiscalização contribuiu em muito para se manter ou melhorar a qualidade dos fertilizantes Inoculantes e corretivos, pois ações fiscais inibem as práticas irregulares que tanto prejudicam os agricultores.

Na Ação de Fiscalização de Insumos Destinados Alimentação Animal, a efetividade na fiscalização teve um impacto significativo na qualidade de produção e oferta ao consumidor de produtos destinados à alimentação animal, coibindo a comercialização de alimentos em condições impróprias de consumo o que pode representar risco à saúde pública se considerarmos que tais alimentos são administrados a animais de produção.

Na Ação de Fiscalização de Produtos de uso Veterinário, com a superação da meta prevista o impacto para os produtores é a garantia da manutenção do padrão de qualidade para os produtos de uso Veterinário evitando a fraude comercial.

Na Fiscalização de Serviços Agrícolas, com o crescimento da produção de grãos no Estado esta ação é de extrema necessidade para garantir ao consumidor o padrão de qualidade e conformidade dos insumos, principalmente no controle de aplicação de agrotóxico.

Apesar de apresentar o resultado altamente favorável na execução das ações finalísticas, a Superintendência encontrou algumas dificuldades para desempenhá-las no que concerne a gestão do Órgão central (MAPA) como: contingenciamento do orçamentário, limitação do numero de diárias para 40 por servidor, Número reduzido de Fiscais Federais Agropecuários, Atualização Técnica dos Ficais para desempenho de suas atividades e as péssimas condições das instalações físicas da Superintendência.

Dentro do planejamento da unidade para o exercício de 2012, estão as ações que compõe o PPA, onde a unidade elabora para cada ação principal o Plano Operativo Anual – POA, que é utilizado como ferramenta de gestão para o acompanhamento e analise do desempenho geral da unidade, sendo o POA composto por: Força de Trabalho, Abrangência do Desenvolvimento da Ação, relação de estabelecimento a ser fiscalizado e as Programações Física e financeira das Sub-ações.

1. Identificação da Unidade Jurisdicionada:

1.1 - Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			**Código SIORG**: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura Pecuária e Abastecimento			
Denominação abreviada: SFA/SE			
Código SIORG: 2817	**Código LOA: -**		**Código SIAFI:** 130028
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Publico			
Principal Atividade: Administração pública em geral			**Código CNAE:** 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(079) 3712-8000	(079) 3712-8003	
Endereço Eletrônico: gab-se@agricultura.gov.br			
Página na Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Dr. Carlos Firpo, nº 428, Bairro Industrial. CEP 49065-310. Aracaju/SE.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
• Lei Delegada nº 9, de 11 de outubro de 1962 - Reorganiza o Ministério da Agricultura e dá outras providências • Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998 - Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. • Medida Provisória 2216-37, de 31 de agosto de 2001 - Altera a denominação da pasta para Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
• Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e dá outras providências. • Portaria MAPA n° 428, de 09/06/2010 - Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
-			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
130028	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento –SFA/SE
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
130028	00001

Tabela nº 01

2. Informações sobre o Planejamento e Gestão Orçamentária e financeira da Unidade:

2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade

A Superintendência tem como missão "Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em beneficio da Sociedade Brasileira, alinhado com a responsabilidade de executar os programas de governo direcionados para as atividades agropecuárias, tendo como objetivo direto a garantia da segurança alimentar dos consumidores, nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, garantindo também a qualidade dos insumos agropecuários e promovendo a sanidade animal e vegetal por meio da avaliação de risco, vigilância e fiscalização fitozoossanitária**,** apontamos a seguir os principais macro-processos da SFA/SE:

a) Defesa Agropecuária: A defesa agropecuária é fundamental tanto para a segurança alimentar da população e dos animais, quanto para a proteção comercial no que concerne a insumos e produtos de origem animal e vegetal. Além disso, visa garantir produtividade, proteção do meio ambiente e diminuição de barreiras à exportação.

b) Fiscalização Agropecuária: exerce o controle na execução das atividades de fiscalização das empresas agropecuárias que comercializam insumos e serviços utilizados por agricultores e pecuaristas. Exerce importante papel na fiscalização de estabelecimentos que produzem e comercializam mudas, sementes, fertilizantes (adubos químicos e orgânicos), corretivos e inoculantes, produtos para alimentação animal (rações) e medicamentos veterinários; controla o trânsito internacional de agrotóxicos e seus componentes afins e, entre outras atribuições, também é responsável por emitir parecer autorizando ou não a importação ou exportação de sêmen animal, sementes, mudas, ou plantas matrizes.

c) Inspeção Agropecuária: atua executando ações de inspeção, higiene sanitária e tecnologia de estabelecimentos que industrializam, manipulam, beneficiam, acondicionam e armazenam produtos e derivados de origem animal ou vegetal. Abrange o comércio interestadual e internacional, assim como, as atividades de inspeção e análise de projetos de construção de instalações e equipamentos, que se destinam a estabelecimentos, que comercializam ou processam produtos e derivados de origem animal ou vegetal. Exerce a fiscalização do comercio varejista e atacadista de produtos sifados; emite a Liberação de Importação – L.I e de Laudos de Vistoria Técnica, além de combater à fraude, especialmente de bebidas em geral e vinagres, da carne bovina, do frango, do leite e derivados. Acima de tudo preservando a Saúde Pública e a Segurança Alimentar.

d) Vigilância Agropecuária: atua na fiscalização do trânsito internacional de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, exercendo uma ação de importância fundamental para o controle da entrada e saída desses produtos nos portos, aeroportos e nas fronteiras onde estão instalados os Postos de Vigilância Agropecuária (PVA). Essas barreiras sanitárias constituem-se em importante fator de proteção para o setor agropecuário nacional, garantindo a manutenção da sanidade das plantas e animais.

e) Política e Desenvolvimento Agropecuário: promove e acompanha as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do agronegócio do pequeno ao grande produtor, suas atividades englobam a elaboração, coordenação e acompanhamento das ações que permitam como agilizar programas cujo objetivo é de estimular produtores e consumidores através do cooperativismo e associativismo rural, crédito rural, agroenergia, fomento a agricultura orgânica, agroindustrial e

agroflorestal. Tendo como objetivo, executar ações que venham contribuir com atividades de execuções programadas que tenham sustentabilidade no crescimento do meio rural.

2.2 - Estratégia de Atuação da Unidade frente as Responsabilidades Institucionais:

A Superintendência em conformidade com o Regimento Interno aprovado pela Portaria MAPA nº 428/2010, publicada em 14/06/2010, executa as ações voltadas para as atividades de: Defesa Agropecuária, Fiscalização Agropecuária, Inspeção de Produtos de Origem Animal, Vigilância Agropecuária e Política de Desenvolvimento e fomento do Setor Agropecuário.

Para atender as demandas da sociedade, vários são os aspectos tratados internamente que, embora não estejam ligados a ações de governo que cabe à SFA/SE executar, seu acompanhamento faz parte da rotina interna. Nesta linha citamos o cuidado com o pagamento de proventos, auxílios e benefícios a servidores ativos, aposentados e pensionistas.

Alinhado ao plano estratégico desenhado pelo MAPA, a SFA/SE direcionou esforços no sentido de atender, dentro da perspectiva de processos internos e de pessoas:

Objetivo/prioridade	Decisão/Iniciativa	Avaliação/resultado
Excelência Administrativa	Fortalecer o processo de Gestão da Superintendência	• Desdobramento do Planejamento Estratégico do MAPA e acompanhamento dos resultados institucionais; • Fortalecimento do aprendizado contínuo a partir Relatório de Auditoria e do acompanhamento do Plano de Providências;
	Otimizar a execução orçamentária e financeira	• Redução de consumo; • Melhoria do índice de aplicação dos recursos;
	Melhorar a infra-estrutura	• Renovação da frota de veículos para uso em serviço; • Ampliação do número de computadores; • Realização de licitação para obra de reforma do prédio da SFA/SE -; • Não foi exitosa a iniciativa referente a integração da área ocupada pelo DNOCS; • Continuam em tramitação na GRPU processos para reversão de 11 imóveis sob a responsabilidade da SFA/SE
Ambiente de trabalho	Valorizar e integrar a força de trabalho	• Promoção de capacitação em todos os níveis; • Manutenção/ampliação da Coleta Seletiva Solidária;
	Desenvolver comunicação interna	• Divulgação interna e externa das ações da SFA/SE.

Com relação às ações ligadas diretamente ao PPA, a Superintendência atua tendo como base o Plano Operativo de cada ação, onde são planejadas as metas físicas e financeiras sempre alinhadas aos objetivos específicos de cada programa do PPA, e os indicadores padrões utilizados pela SFA/SE: Eficácia, Eficiência e Efetividade, que servem medir o desempenho de cada, ação, meta ou programa.

Trimestralmente a unidade realiza reunião de análise crítica com a participação de todos os coordenadores estaduais responsáveis pelas ações que compõe os programas do PPA, objetivando o acompanhamento da execução das metas físicas programadas e deliberar ações corretivas para eventuais entraves apontados e caso necessário reprogramar as metas.

2.3 – Programas de Governo sob a responsabilidade da SFA/SE:

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ:

A Superintendência Federal da Agricultura em Sergipe – SFA/SE executou algumas ações diretas e regionalizadas correspondentes aos Programas do PPA 2008 – 2011:

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA	0750
Denominação	Apoio Administrativo
Tipo do Programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Objetivos Específicos	Administração da Unidade
Gerente	Augusto César de Mendonça Viana
Público Alvo	Governo

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
1.432.141,29	1.432.141,29	1.358.767,06	599.058,16	759.708,90	597.374,23

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Superintendência Mantida	31/12/2011	1	1	1	1
Fórmula de Cálculo do Índice						
-						
Análise do Resultado Alcançado						
Os objetivos foram alcançados de modo que foi possível administrar a unidade e dar suporte à área fim.						

Fonte: Siplan / Siafi Gencial - Tabela nº 02

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA	**0356**
Denominação	**Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas**
Tipo do Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores
Objetivos Específicos	Garantir a segurança alimentar.
Responsáveis	André Barretto Pereira e Eduardo Luiz Silva Costa
Público Alvo	Produtores, indústria, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
124.301,81	124.301,81	119.164,19	115.033,27	4.130,92	113.232,80

Informações sobre os resultados alcançados				
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência	Índice	Índice

		Data	Índice inicial	Índice final	previsto no exercício	atingido no exercício
1	Índice de Conformidade de produtos de Origem Animal e Vegetal	**12/01/2005**	**0,77**	**0,85**	**0,85**	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Índice depende diretamente da atividade de fiscalização do processo de produção e dos produtos de origem animal e vegetal.						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto						

Fonte: Siplan / Siafi Gencial -- Tabela nº 03

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA	**0357**
Denominação	**Segurança da Sanidade Agropecuária**
Tipo do Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos
Objetivos Específicos	Garantir a segurança alimentar.
Responsáveis	André Barretto Pereira
Público Alvo	Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					**Em R$ 1,00**
Dotação		**Despesa Empenhada**	**Despesa Liquidada**	**Restos a Pagar não processados**	**Valores Pagos**
Inicial	**Final**				
88.076,54	**88.076,54**	**85.254,07**	**83.266,14**	**1.987,93**	**83.266,14**

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	**Indicador (Unidade medida)**	**Referência**			**Índice previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício**
		Data	**Índice inicial**	**Índice final**		
1	**Taxa de incidência da doença cancro cítrico**	**01/07/2007**	**0,95**	**0,095**	**0,95**	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto .. Relação percentual entra as permissões de trânsito emitidas e o número de partidas inspecionadas, com base na percepção de enfermidades.						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto						

Fonte: Siplan / Siafi Gencial -- Tabela nº 04

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA	**0375**
Denominação	Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários
Tipo do Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores
Objetivos Específicos	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.
Responsável	André Barretto Pereira
Público Alvo	Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					**Em R$ 1,00**
Dotação		**Despesa Empenhada**	**Despesa Liquidada**	**Restos a Pagar não processados**	**Valores Pagos**
Inicial	**Final**				
117.706,69	**117.706,69**	**112.335,09**	**108.710,44**	**3.624,65**	**108.005,31**

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de Conformidade de Fertilizantes Minerais	31/12/06	96,00	95,00	95,00	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto .Relação entre a quantidade, em toneladas, de fertilizantes minerais dentro dos padrões e a quantidade total analisada no ano, indicada em percentual.						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto						

Fonte: Siplan / Siafi Gencial -- Tabela nº 05

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA	1426
Denominação	Conservação, Manejo e uso Sustentável da Agrobiodiversidade.
Tipo do Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.
Objetivos Específicos	Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais.
Gerente	Naúm de Araújo
Responsável na UJ	
Público Alvo	Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
-	-	-	-	-	-

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira	28/02/2003	0,08	0,21	0,21	0,019
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de hectares com produção orgânica e o número total de hectares com produção agropecuária nacional.						
Análise do Resultado Alcançado						
Com o cadastramento de OCS's junto a SFA/SE foi possível identificar a área de produção orgânica e sua relação com a área total, (segundo IBGE 2006) permitindo o cálculo do indicador do Programa. A meta constante no PPA 2008-2011 foi 0,21 no exercício 2011, para o Programa como um todo. Alcançamos, em Sergipe, ao final do exercício, indicador equivalente a 0,019. Ressaltamos que este indicador, apesar de importante, não é o mais adequado para a realidade da agricultura orgânica, pois não considera o impacto social nas famílias que trabalham de maneira sustentável, em pequenas áreas, mas com grande emprego de mão-de-obra. As informações orçamentárias e financeiras do Programa, ficam sob a gestão da Coordenação de Agroecologia do MAPA –COAGRE.						

Fonte: Siplan / Siafi Gencial -- Tabela nº 06

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA	1442
Denominação	Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio
Tipo do Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias.
Objetivos Específicos	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.
Gerente	Naúm de Araújo
Responsável na UJ	
Público Alvo	Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R$ 1,00
Dotação		**Despesa Empenhada**	**Despesa Liquidada**	**Restos a Pagar não processados**	**Valores Pagos**
Inicial	**Final**				
8.690,04	**8.690,04**	**6.400,95**	**6.400,95**	**0,00**	**6.400,95**

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	**Indicador (Unidade medida)**	**Referência**			**Índice previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício**
		Data	**Índice inicial**	**Índice final**		
1	Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira	28/02/2003	0,08	0,21	0,21	0,019

Fórmula de Cálculo do Índice

Relação percentual entre o número de hectares com produção orgânica e o número total de hectares com produção agropecuária nacional.

Análise do Resultado Alcançado

Com o cadastramento de OCS's junto a SFA/SE foi possível identificar a área de produção orgânica e sua relação com a área total, (segundo IBGE 2006) permitindo o cálculo do indicador do Programa. A meta constante no PPA 2008-2011 foi 0,21 no exercício 2011, para o Programa como um todo. Alcançamos, em Sergipe, ao final do exercício, indicador equivalente a 0,019. Ressaltamos que este indicador, apesar de importante, não é o mais adequado para a realidade da agricultura orgânica, pois não considera o impacto social nas famílias que trabalham de maneira sustentável, em pequenas áreas, mas com grande emprego de mão-de-obra.

As informações orçamentárias e financeiras do Programa, ficam sob a gestão da Coordenação de Agroecologia do MAPA –COAGRE.

Fonte: Siplan / Siafi Gencial -- Tabela nº 07

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA	**6003**
Denominação	Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário.
Tipo do Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Aumentar a produção de produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos
Objetivos Específicos	Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infra-estrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito sócio-econômico para o desenvolvimento do setor agropecuário.
Gerente	Naúm de Araújo
Responsável na UJ	
Público Alvo	Pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa				Em R$ 1,00
Dotação	**Despesa**	**Despesa**	**Restos a Pagar**	**Valores Pagos**

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	não processados	
10.307,51	10.307,51	7.429,23	6.626,51	1.017,51	6.549,65

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
-	-	-	-	-	-	-

Fórmula de Cálculo do Índice

-

Análise do Resultado Alcançado

-

Fonte: Siplan / Siafi Gencial -- Tabela nº 08

Analises Criticas do resultado Alcançado dos Programas:

A Superintendência durante o exercício de 2011 desenvolveu as ações regionalizadas que compõe 07 (sete) programas do PPA, onde o gerenciamento de cada programa é de responsabilidade dos Coordenadores nacionais e regionais, para aperfeiçoar o gerenciamento o governo implementou a principal ferramenta que foi o sistema SIPLAN, onde cabe a cada Coordenador Estadual inserir mensalmente os dados das ações regionais as quais comporão o resultado final de cada Programa.

Depois da inclusão dos dados no sistema Siplan, fica sob a responsabilidade do Coordenador Nacional a consolidação dos mesmos para apuração final dos índices, motivo pelo qual a SFA/SE apresenta os programas do PPA sem os principais índices, assim como a totalização dos valores.

2.3.2. Execução Física das Ações Realizadas pela SFA/SE:

Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	122	0750	7416	A	3	Superintendência Mantida (Unid.)	1	1	**1**
20	125	0356	4745	A	3	Fiscalização Realizada (unid.)	10	10	**15**
20	125	0356	4746	A	3	Produto Fiscalizado (Ton.)	94.000	157.276	**130.000**
20	125	0356	8938	A	3	Estabelecimento Inspecionado (unid)	12	09	**12**
20	125	0356	8939	A	3	Estabelecimento Inspecionado (unid.)	85	82	**80**
20	603	0357	2134	A	3	Fiscalização realizada (unid.)	16.400	16.144	**16.400**
20	604	0357	2139	A	3	Fiscalização Realizada (Unid.)	120.000	118.482	**110.000**
20	604	0357	2180	A	3	Fiscalização Realizada (Unid.)	52	60	**50**
20	125	0357	2181	A	3	Fiscalização Realizada (Unid.)	20	19	**20**
20	604	0357	4738	A	3	Área Controlada p/ Mosca Carambola (HA)	21.910	21.910	**21.910**
20	604	0357	4842	A	3	Área Livre Febre Aftosa	21.910	21.910	**21.910**

						(Km2)			
20	604	0357	8658	A	3	Propriedade Atendida (Unid.)	8.400	8.822	**8.000**
20	603	0357	8572	A	3	Área controlada p/ Pragas (ha)	63.000	63.000	**63.000**
20	125	0375	2019	A	3	Fiscalização Realizada (Unid.)	10	0	**10**
20	125	0375	2124	A	3	Fiscalização Realizada (Unid.)	123	138	**140**
20	125	0375	2140	A	3	Fiscalização Realizada (Unid.)	84	88	**84**
20	125	0375	2141	A	3	Fiscalização realizada (unid.)	142	188	**159**
20	125	0375	2177	A	3	Fiscalização realizada (unid.)	-	5	**-**
20	125	0375	2179	A	3	Fiscalização realizada (unid.)	118	120	**137**
20	665	1426	8606	A	3	Pessoa Beneficiada (Unid.)	375	282	**280**
20	122	6003	2B17	A	3	Contrato Fiscalizado (Unid.)	30	20	**-**

Fonte de dados: SIPLAN - Tabela nº 09

Análises Críticas das Ações realizadas pela SFA/SE:

2.3.2.1 Ações do Programa – 0750 de Apoio Administrativo:

- **Ação 4716 Manutsfas - Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas:**

Cumprimento das metas físicas: O crédito disponibilizado na LOA para a ação é distribuído sob a coordenação da Secretaria Executiva do MAPA para todas as unidades descentralizadas, sendo definido como Produto **SUPERINTENDENCIA MANTIDA,** no entanto para manutenção da Superintendência e tendo em vista principalmente o objetivo geral do Programa: "Prover os Órgãos da União dos meios Administrativos para a implementação e Gestão de seus programas Finalísticos" – a SFA/SE baliza sua atuação em três diretrizes: - Atendimento aos requisitos legais; - Racionalização dos gastos públicos; e - Motivação e valorização da força de trabalho, e define os seguintes macroprocessos para atingir esse objetivo:

a) Execução orçamentária e financeira;
b) Gestão de Pessoas;
c) Administração da frota de veículos;
d) Administração e controle do patrimônio – mobiliário e imobiliário;
e) Aquisição e gerenciamento de bens e serviços;
f) Gerenciamento de contratos;

Considerando a consecução das metas físicas das ações finalísticas é evidente a importância e o desempenho favorável das atividades de apoio administrativo para o desenvolvimento das ações de toda a Superintendência.

Foi autorizada pelo Ministério do Planejamento a contratação de empresa para realização dos serviços de reforma do prédio da SFA/SE. A licitação foi realizada em dezembro e a previsão de término da obra em junho de 2012.

O contingenciamento praticado pelo governo federal não afetou a manutenção da unidade. Apenas dificultou alguns pagamentos por causa de exigências feitas pela unidade central que deviam ser cumpridas antes da descentralização de créditos e exigiu do setor de planejamento manobras para encaixar todas as despesas nos limites propostos.

Foi realizado concurso publico para a área administrativa em 2010. Porem até esta data 02 servidores em estagio probatório já deixaram a SFA/SE, removidos para outras localidades. Além disso, temos 05 servidores estatutários e 03 celetistas da área administrativa cedidos a outros órgãos (TRE, DPU e MPA). A escassez de servidores compromete a eficiência dos serviços e sobrecarrega a chefia da administração que passa a responsabilizar-se pela execução, afastando-se de seu caráter gerencial e planejador.

A falta de treinamento em áreas mais sensíveis, como a contratos e licitações, obsta a realização de aquisições mais benéficas para o serviço público.

2.3.2.2 - Ações do Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas:

- **Ação 4745 Fiscorgen - Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados:**

O objetivo do trabalho foi fiscalizar o cumprimento da Resolução Normativa nº 4 da CTNBio, de 16 de agosto de 2007, verificando a distância mínima obrigatória para coexistência entre a lavoura de milho geneticamente modificado e a lavoura de milho convenciona. A distância de isolamento é exigida pela Resolução Normativa nº 4 da Comissão Técnica Nacional de Biosegurança. Segundo esta norma todo agricultor que cultiva milho geneticamente modificado precisa guardar uma distância mínima do milho convencional de seu vizinho, de modo a garantir o cultivo dos diferentes sistemas de produção de milho.

O objetivo deste isolamento é dar aos dois produtores a oportunidade de manter seus produtos diferenciados. Deste modo a fiscalização das regras de coexistência tem importância fundamental na garantia do cumprimento desta norma.

Neste sentido foram feitas reuniões com as revendas de semente e empresas produtoras de semente geneticamente modificadas, que atuam no Estado de Sergipe visando à divulgação da Resolução Normativa. Foram realizadas fiscalizações, por amostragem, em agricultores que plantaram milho OGM visando verificar o cumprimento das regras de coexistência por parte dos agricultores.

Como resultados verificaram nas fiscalizações o conhecimento e o cumprimento das regras de coexistência por parte dos agricultores atendendo assim as expectativas do trabalho e o cumprimento das metas estabelecidas.

Para a execução das ações de Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados, onde a Superintendência alcançou o resultado informado na tabela nº 09, foram aplicados recursos financeiro na ordem de R$ 7.581,82 (sete mil quinhentos e oitenta e um reais e oitenta e dois centavos).

- **Ação 4746 Padclassif - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais:**

Por conta da restrição de recurso financeiro a Programação Física do PI PADCLASSIF no ano de 2011 ficou comprometida no que diz respeito a fiscalização de estabelecimentos comerciais. No ano de 2011 o trabalho foi ficou concentrado na classificação do trigo importado perfazendo um total de 139.236 toneladas, gerando receitas ao MAPA da ordem de R$ 105.819,36. O Trigo é importado pelo Moinho de Trigo Indígena S/A – MOTRISA, onde a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário

de Sergipe – EMDAGRO realiza a classificação, mas por não haver um contrato celebrado com o MAPA para fazer a classificação vegetal em nosso Estado esta não é ressarcida por este serviço.

Para a execução das ações de Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais, onde a Superintendência alcançou o resultado informado na tabela nº 09, foram aplicados recursos financeiro na ordem de R$ 3.941,70 (três mil novecentos e quarenta e um reais e setenta centavos).

- **Ação 8938 Inspanimal - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal:**

Cabe a esta ação garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal junto a estabelecimentos que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-morten e post-morten dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelha e outros produtos apícolas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulem estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais.

No que se refere ao Estado de Sergipe, somente um estabelecimento de abate detém o serviço oficial (SIF), concorrendo para a oferta de somente 30% de carne inspecionada ofertada ao mercado interno. Na área de leite a condição é favorável a expansão do mercado onde se registram 6 estabelecimentos sob serviço oficial.

Cumprimento das metas físicas: O alcance da metas estabelecidas foi satisfatório , tanto quanto ao projetado no nível nacional, quanto ao estadual. Não ocorreram problemas significativos para o alcance das ações programadas.

ICP = 0,6 x ICA + 0,4 x ICV
ICP = 0,6 x 0,17 + 0,4 x 1,66
ICP = 0,10 + 0,67
ICP = 0,77

Ações que apresentaram problemas de execução: O contingenciamento de recursos financeiros e a limitação do numero de diárias para 40 por servidor, prejudicaram principalmente o envio de amostras de produtos lácteos para fiscalização

Análise do Resultado Alcançado: Não obstante se verifique a falta de estabelecimentos sob serviço oficial em Sergipe, para atender a demanda na oferta de carne e leite, os estabelecimentos registrados no âmbito do MAPA cumpriram seu papel na oferta de alimentos dentro dos padrões e normas estabelecidos, conferindo a segurança necessária aos produtos produzidos e comercializados.

Para a execução das ações de Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal, onde a Superintendência alcançou o resultado informado na tabela nº 09, foram aplicados recursos financeiros na ordem de R$ 94.527,25 (noventa e quatro mil quinhentos e vinte e sete reais e vinte e cinco centavos).

- **Ação 8939 IPvegetal - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal:**

Embora a meta do SIPLAN seja com vista á Inspeção Industrial, complementando a mesma são executadas várias ações que demandam recursos humanos e financeiros como: Fiscalização no Comércio, Registro de Estabelecimentos, Registro de Produtos, Colheita de Amostras, Certificado de Origem para Exportação e Certificado de Inspeção Para Importação.

Os trabalhos foram realizados dentro dos recursos humanos e financeiros disponíveis. Todos os estabelecimentos produtores foram fiscalizados e parte do comércio das principais cidades do Estado, também foram coletadas e encaminhadas para analises 17 amostras das quais 16 estavam em conformidade com a legislação vigente.

Para a execução das ações de Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal, onde a Superintendência alcançou o resultado informado na tabela nº 09, foram aplicados recursos financeiros na ordem de R$ 13.113,42 (treze mil cento e treze reais e quarenta e dois centavos).

2.3.2.3 Ações do Programa 0357 de Segurança na Sanidade Agropecuária:

- **Ação 2134 Vigifitos - Vigilância e Fiscalização do transito Interestadual de vegetais, seus Produtos e Insumos:**

O controle do trânsito interestadual de vegetais e seus produtos é executado pela EMDAGRO, sob a supervisão do SIFISV/DDA/SFA-SE visando manter em níveis satisfatórios o estado fitossanitário da agricultura nacional, protegendo áreas reconhecidas como livres de Pragas Quarentenárias Presentes (A2), através de supervisão/auditorias periódicas, visando o aprimoramento e a implementação das normatizações pertinentes ao trânsito de vegetais seus produtos e insumos, junto aos Postos de Fiscalização Agropecuários da EMDAGRO, estrategicamente localizados nas fronteiras territoriais do Estado de Sergipe.

Destaca-se como principal resultado alcançado, ausência de registros de introdução de pragas quarentenárias, mantendo principalmente, a citricultura sergipana de livres de pragas quarentenárias.

A Certificação Fitossanitária de Origem – CFO (Instrução Normativa nº 55, de 06 de dezembro de 2007), e a Permissão de Trânsito de Vegetais – PTV (Instrução Normativa nº 54, de 06 de dezembro de 2007), são os instrumentos que viabilizam o comércio de vegetais seus produtos e insumos, minimizando os riscos de disseminação de pragas para áreas indenes. Portanto as supervisões e auditorias realizadas pelo SIFISV/DDA/SFA-SE visam o aprimoramento na aplicação destes instrumentos.

As ações desenvolvidas contaram com suporte financeiro do MAPA através do convênio nº 743701/2010 firmado com o governo do Estado e encontra-se ainda em fase de execução

Para a execução das ações de Vigilância e Fiscalização do Transito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos, de responsabilidade direta da Superintendência, onde a mesma alcançou o resultado informado na tabela nº 09, foram aplicados recursos financeiros na ordem de R$ 6.189,69 (seis mil cento e oitenta e nove reais e sessenta e nove centavos).

- **Ação 2139 Vigizoo - Vigilância E Fiscalização do Trânsito Interestadual De Animais, Seus Produtos e Insumos:**

Ação desenvolvida em parceria com a EMDAGRO, órgão estadual responsável pela Defesa Sanitária Animal sob a coordenação do Ministério, visando manter em níveis satisfatórios o estado zoossanitário da pecuária nacional, protegendo áreas reconhecidas como livres, a exemplo da Febre Aftosa. As ações desenvolvidas estão pautadas na fiscalização direta exercida através das unidades de fiscalização agropecuária do órgão executor, assim como, em procedimentos de auditoria do SEDESA/DT-SE junto a 10 unidades fixas de fiscalização agropecuária, localizadas na fronteira com os estados de Alagoas e Bahia. Ressaltam-se ainda as fiscalizações realizadas no âmbito intra e intermunicipal realizada pelo órgão estadual ao comércio de animais, produtos e insumos.

Cumprimento das metas físicas - Formula do Cálculo de Índice: O índice de alcance das metas foi de **98,11%.**
IFR = (FR / FP) x 100 = (106.940 / 109.000) x 100 = **98,11%**
IFR = Índice Fiscalização Realizada – FR = Fiscalização Realizada – FP = Fiscalização Programada

Ações que apresentaram problemas de execução: Não ocorreram problemas que impedissem o desenvolvimento das ações rotineiras de vigilância epidemiológica, não obstante, A falta de repasse de recursos financeiros oriundos do convenio com o MAPA dificultaram os processos de aquisição de equipamentos necessários a renovação da frota de veículos, matérias para atuação a campo entre outros.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: Todas as ações refletiram em resultados satisfatórios**.**

Análise do Resultado Alcançado: Além dos resultados alcançados concorreram para continuidade da comercialização interestadual de animais, produtos e subprodutos de origem animal destacam-se a ausência de enfermidades que concorrem em prejuízos para a saúde do homem, a exemplo das zoonoses.

Para a execução das ações de Vigilância e Fiscalização do transito Interestadual de vegetais, seus Produtos e Insumos, foram gastos recursos financeiros na ordem de R$ 2.187,44.

- **Ação 4842 Febreaftos - Erradicação da Febre Aftosa:**

Ação desenvolvida por delegação de competência ao Governo do Estado de Sergipe desde 1975. Sua execução se dá através de órgão vinculado a Secretaria de Estado da Agricultura, a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe/EMDAGRO, empresa pública. Através da Lei nº 3.112/91 o estado passou a coordenar as ações do Sistema Único de Saúde Animal atuando no sentido de erradicar e controlar as enfermidades dos animais que concorrem em prejuízos econômicos e riscos para a saúde do homem.

No que se refere a erradicação da Febre Aftosa, Sergipe detém desde 2001 o reconhecimento internacional de **"ÁREA LIVRE DE FEBRE AFTOSA COM VACINAÇÃO"** pela Organização Mundial de Saúde Animal/OIE. Em 2011 ocorreu o repasse de recursos financeiros do convenio, embora com atrasos significativos. O que prejudicou o andamento das ações de defesa.

Cumprimento das metas físicas: Formula do Cálculo de Índice: O alcance da metas estabelecida alcançou **100%.**
IAC = (ACE / ACP) x 100 = (21.910 / 21.910) x 100 = **100%**
IAC = Índice Área Controlada – ACE = Área Controlada Executada – ACP = Área Controlada Prevista

Ações que apresentaram problemas de execução: Não ocorreram problemas que impedissem o desenvolvimento das ações rotineiras de vigilância epidemiológica, não obstante, o atraso na liberação dos recursos financeiros oriundos do convenio com o MAPA tenham dificultado os processos de aquisição de equipamentos necessários a execução de treinamentos e comparas de materiais..

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: Todas as ações refletiram em resultados satisfatórios**.**

Análise do Resultado Alcançado: Os resultados alcançados concorreram para continuidade da comercialização interestadual de animais, produtos e subprodutos de origem animal tendo em vista a manutenção da Área Livre de Febre Aftosa com Vacinação. A inserção do estado junto ao circuito de área livre concorre para a valorização dos preços da produção pecuária.

Para a execução das ações de Erradicação da Febre Aftosa, de responsabilidade direta da Superintendência, onde a mesma alcançou o resultado informado na tabela nº 09, foram aplicados recursos financeiros na ordem de R$ 22.606,31 (vinte e dois mil seiscentos e seis reais e trinta e um centavos).

- **Ação 8658 Pceanimal - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais:**

Ação desenvolvida por delegação de competência ao Governo do Estado de Sergipe desde 1975. Sua execução se dá através de órgão vinculado a Secretaria de Estado da Agricultura, a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe/EMDAGRO, empresa pública. Através da Lei nº 3.112/91 o Estado passou a coordenar as ações do Sistema Único de Saúde Animal atuando no sentido de erradicar e controlar as enfermidades dos animais que concorrem em prejuízos econômicos e riscos para a saúde do homem. Dentre o rol de enfermidades trabalhadas destacam-se os seguintes programas:

a) Programa nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros.
b) Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal.
c) Programa de Prevenção das Encefalopatias em Bovinos.
d) Programa Nacional de Sanidade das Aves
e) Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos.
f) Programa Nacional de Sanidade dos Eqüídeos.

Cumprimento das metas físicas: Formula do Cálculo de Índice: O índice de alcance das metas foi de **97,14%.**
IPA = (PA / PP) x 100 = (6994 / 7200) x 100 = **97,14%**
IPA = Índice Propriedade Atendida – PA = Propriedade Atendida – PP = Propriedade Programada

Ações que apresentaram problemas de execução: Não ocorreram problemas que impedissem o desenvolvimento das ações rotineiras de vigilância epidemiológica,

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: Todas as ações refletiram em resultados satisfatórios**.**

Análise do Resultado Alcançado: Além dos resultados alcançados concorrerem para continuidade da comercialização interestadual de animais, produtos e subprodutos de origem animal destaca-se a ausência de enfermidades que concorrem em prejuízos para a saúde do homem, a exemplo das zoonoses.

Para a execução das ações de Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais, de responsabilidade direta da Superintendência, onde a mesma alcançou o resultado informado na tabela nº 09, foram aplicados recursos financeiros na ordem de R$ 33.028,17 (trinta e três mil vinte e oito reais e dezessete centavos).

- **Ação 8572 Pcevegetal - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais:**

A Agricultura Sergipana, com ênfase a citricultura, tem como principal fator competitivo a ausência de Pragas Quarentenárias Presentes (A2). Portanto, o seu ingresso e disseminação causariam grandes prejuízos econômicos e sociais, tendo em vista que a nossa citricultura é desenvolvida principalmente por pequenos e médios produtores.

Com exceção do Moko da Bananeira, não há registro de ocorrência Pragas Quarentenárias Presentes (A2) no Estado de Sergipe. Portanto, evitar o ingresso e estabelecimento destas pragas e a erradicação do Moko da Bananeira, constituem-se nos objetivos a serem alcançados. Os Levantamentos de detecção e inspeções fitossanitárias periódicas, bem como a educação sanitária, foram instrumentos estratégicos utilizados para alcançar os objetivos propostos.

As atividades referentes às ações da prevenção, controle e erradicação de pragas de vegetais foram desenvolvidas em parceria com a EMDAGRO (Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe), e contaram com suporte financeiro do MAPA através do convênio nº 743701/2010 firmado com o governo do Estado e encontra-se ainda em fase de execução sob a supervisão do SIFISV/DDA/SFA-SE.

Com os resultados dos levantamentos realizados, concluímos que os objetivos principais, que é a manutenção da sanidade vegetal, prevenção e controle de pragas exóticas, foram alcançados, tendo em vista que o estado de Sergipe mantém o status de livre das principais pragas quarentenárias presentes.

Não ocorreram entraves que se constituíssem em problemas insanáveis para o desenvolvimento das ações.

Para a execução das ações de Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal, onde a Superintendência alcançou o resultado informado na tabela nº 09, foram aplicados recursos financeiros na ordem de R$ 19.597,32 (dezenove mil quinhentos e noventa e sete reais e trinta e dois centavos).

2.3.2.4 - Ações do Programa 0375 de Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários:

- **Ação 2124 Fiscinan - Fiscalização de Insumos Destinados Alimentação Animal:**

A meta de fiscalização realizada superou o previsto corrigido em 2011 alcançando um percentual de 112,20%. A designação de uma servidora para trabalhar com o PI fiscalização de insumos destinados a alimentação animal possibilitou o cumprimento da meta.

Cabe a esta ação a fiscalização das condições higiênico-sanitárias dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação; capacitação dos fiscais federais agropecuários em Boas Práticas de Fabricação (BPF), APPCC, auditoria, tecnologia de fabricação de ração, relatoria de processos, implementação das BPF nos estabelecimentos e participação em reuniões, simpósios e congressos internacionais.

Cumprimento das metas físicas: A execução das metas estabelecidas superou **112%**

Ações que apresentaram problemas de execução: Não ocorreram problemas para execução da meta..

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: Todas as ações refletiram em resultados satisfatórios**.** A superação da meta deveu-se à chegada de mais uma fiscal no mês de outubro 2010 para desenvolver as ações nesta área o que representou uma diminuição do tempo para conclusão dos processos de registro e autuação.

Análise do Resultado Alcançado: Os resultados alcançados tiveram um impacto significativo na qualidade de produção e oferta ao consumidor de produtos destinados à alimentação animal, coibindo a comercialização de alimentos em condições impróprias de consumo o que pode representar risco à saúde pública se considerarmos que tais alimentos são administrados a animais de produção.

Para a execução das ações de Fiscalização de Insumos destinados Alimentação Animal, onde a Superintendência alcançou o resultado informado na tabela nº 09, foram aplicados recursos financeiros na ordem de R$ 14.144,62 (quinze mil cento e quarenta e quatro reais e sessenta e dois centavos).

- **Ação 2140 Fisprovet - Fiscalização de Produtos de uso Veterinário:**

Nosso Estado conta com dois estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinários, sendo um de produtos de higiene e embelezamento e outro de produto farmacêutico, sendo que este segundo ainda aguarda aprovação do registro do produto para iniciar a produção. Nossa demanda se concentra mais na fiscalização de estabelecimentos comerciais de produtos de uso veterinário.

O contingenciamento de recursos nos levou a reformulação do plano operativo com a redução do número fiscalizações, entretanto com a cooperação dos servidores envolvidos com a atividade, resultando numa soma de esforços, conseguimos ultrapassar a meta inicial prevista no SIPLAN.

A falta de atualização técnica na atividade traz desmotivação e limita nossa capacidade de visão presente e futura quanto às perspectivas da atividade fiscalizada, não permitindo que estejamos preparados, tanto no ponto de vista legal como no ponto de vista técnico, para lidarmos com as tendências desenhadas pelas novas descobertas científicas e tecnológicas empregadas nas indústrias farmacêuticas.

Para a execução das ações de Fiscalização de Produtos de uso Veterinário, onde a Superintendência alcançou o resultado informado na tabela nº 09, foram aplicados recursos financeiros na ordem de R$ 4.446,00 (quatro mil, quatrocentos e quarenta e seis reais).

- **Ação 2141 Fisfecoi - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes:**

O cumprimento de 132,4% da metas se deveu ao grande número de produtos apreendidos, que junto ao número de fiscalizações a estabelecimentos e produtos amostrados compõem a meta. Em 2011 foram apreendidos 60 produtos, situações estas, que não se pode prever.

A fiscalização contribui em muito para se manter ou melhorar a qualidade dos fertilizantes Inoculantes e corretivos, pois ações fiscais inibem as práticas irregulares que tanto prejudicam os agricultores.

Face ao baixo número de Fiscais Federais Agropecuários que efetivamente trabalham nesta área os trabalhos se tornam mais difícil em dois aspectos, tanto nas ações de fiscalização que ficam prejudicadas por ser feitas apenas por um fiscal, tanto na retaguarda, redigindo ofícios, analisando processos de registro e principalmente relatando processos administrativos de fiscalização.

Para a execução das ações de Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes, onde a Superintendência alcançou o resultado informado na tabela nº 09, foram aplicados recursos financeiros na ordem de R$ 30.697,00 (trinta mil, seiscentos e noventa e sete reais).

- **Ação 2177 Fiscagric - Fiscalização de Serviços Agrícolas:**

Aviação Agrícola é uma atividade nova no estado de Sergipe e com o crescimento da cultura do milho e cana de açúcar, houve procura na execução de pulverização das referidas culturas.

Para o exercício de 2011, houve 05 (cinco) fiscalizações, em virtude dos serviços serem executados nos meses de maio a agosto, aproveitando as chuvas de inverno com as metas não sendo estipuladas, e, sim fiscalizadas de acordo com a demanda dos agricultores, no combate as pragas que atacam as culturas.

A finalidade da ação é melhorar e controlar as pragas, no atendimento aos agricultores, afim de proporcionar melhor produtividade , executando ações que tem influência direta na competividade do agronegócio brasileiro , garantindo padrão de qualidade e conformidade dos insumos desses produtos e serviços.

Para a execução das ações de Fiscalização de Serviços Agrícolas, onde a Superintendência alcançou o resultado informado na tabela nº 09, foram aplicados recursos financeiros na ordem de R$ 30.697,00 (trinta mil, seiscentos e noventa e sete reais).

- **Ação 2179 Fiscalsem - Fiscalização de Semente e Mudas:**

Quanto ao rendimento do trabalho no Setor de Sementes e Mudas do SIFISV/SFA-SE, no ano de 2011, consideramos bom. Superamos em 1,7% a meta programada para 2011 e tivemos um aumento no número de fiscalizações na ordem de 8,33% (Meta executada) em relação ao ano de 2010. Esse aumento foi o resultado de dois fatores: da inclusão de mais um fiscal ao Setor de Sementes e Mudas e da priorização da fiscalização do comércio de sementes que o SIFISV/SFA-SE vem fazendo, já que a Secretária de Agricultura do Governo do Estado de Sergipe alegou em 2010 que não tem condições de exercer essa atividade. É oportuno salientar que para o ano 2012 o setor de Setor de Sementes e Mudas do SIFISV/SFA-SE voltará a autuar apenas com um Fiscal, o que pode acarretar em dificuldade no cumprimento das metas.

Quanto a Comissão de Sementes e Mudas de Sergipe o Presidente Antônio Carlos Fraga participou da reunião anual da CSM-PR, no segundo semestre de 2011, e realizou uma reunião em junho 2011. Atualmente CSM-SE está em processo de transição, pois o Presidente Antônio Carlos Fraga pediu afastamento e necessitará ser substituído.

Para a execução das ações de Fiscalização de Semente e Mudas, onde a Superintendência alcançou o resultado informado na tabela nº 09, foram aplicados recursos financeiros na ordem de R$ 55.514,00 (cinqüenta e cinco mil, quinhentos e quatorze reais).

2.3.2.5 - Ação do Programa 1426 de Conservação, Manejo e uso Sustentável da Agrobiodiversidade:

2.3.2.1.5.1– Ação 8606 Desenorg - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica:

Com o cadastramento de OCS's junto a SFA/SE foi possível identificar a área de produção orgânica e sua relação com a área total, (segundo IBGE 2006) permitindo o cálculo do indicador do Programa. A meta constante no PPA 2008-2011 foi 0,21 no exercício 2011, para o Programa como um todo. Alcançamos, em Sergipe, ao final do exercício, indicador equivalente a 0,019. Ressaltamos que este indicador, apesar de importante, não é o mais adequado para a realidade da agricultura orgânica, pois não considera o impacto social nas famílias que trabalham de maneira sustentável, em pequenas áreas, mas com grande emprego de mão-de-obra.

Em 2011, a meta inicialmente estipulada para esta UJ foi de 1500 pessoas beneficiadas com a Ação. Em função da incompatibilidade desta meta com os valores historicamente alcançados por este DPDAG, no início de 2011 corrigimos a previsão para 375 pessoas beneficiadas. Contudo, face ao contingenciamento orçamentário do exercício 2011, não recebemos nenhum recurso para a consecução da meta almejada.

Ainda assim, buscamos realizar ações otimizando a utilização de recursos de outro P.I. relacionado a agricultura orgânica (PI-CERTORGAN1), além de desenvolver ações na Capital do Estado, onde não seria necessário o uso de recursos financeiros. Em 2011, o DPDAG/ SFA-Se realizou capacitação em Legislação da Produção orgânica para os membros da CPOrg-Se e para os técnicos das OCS (Organizações de Controle Social). Objetivou-se um melhor assessoramento aos produtores.

Desta forma conseguimos beneficiar 282 pessoas com a Ação. Já começam a surgir as primeiras propostas espontâneas de cadastramento de OCS`s. Este é um grande resultado da ação do DPDAG como iniciador e catalisador do processo de regularização destes produtores.

A crescente organização destas OCS's e o acompanhamento por parte das entidades que os assessoram, já permitiram recentemente que alguns destes produtores de OCS`s em Sergipe acessem o programa de compra direta da CONAB recebendo um adicional de 30% no preço de seu produto, que passou a ser reconhecido oficialmente como produto orgânico.

2.3.2.1.6 - Ação do Programa 6003 de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário:

- **Ação 2B17 Fiscontrato - Fiscalização de Contrato de Repasse:**

Anualmente o estado de Sergipe, tem sido agraciado em diversos municípios, com Emendas Parlamentares , através de Contratos de Repasse, para execução física de atividades, que são fiscalizados de acordo com a solicitação do DIEL/SDC/MAPA.

Para o exercício 2011, foi estabelecido a meta de fiscalizar 30 Contratos de Repasse, em virtude da demanda do DIEL, somente 20 Contratos foram fiscalizados.

Os Contratos fiscalizados apresentaram um índice de indicador de desempenho satisfatório, na aplicação dos recursos públicos.

A meta a ser realizada em 2012, não será estipulada, em virtude das fiscalizações serem realizadas por demandas, o que dificulta ter um numero concreto de fiscalizações.

A finalidade da Ação do Programa, Apoio no Desenvolvimento do Setor Agropecuário-PRODESA, é alcançar os objetivos na execução nas atividades que venham atender aos agricultores, associações e comunidades rurais em seu desenvolvimento agropecuário.

Entre as áreas destacam-se o preparo do solo , através de aração e gradagem, preparando o solo para o plantio, construções e recuperações de estradas vicinais,limpeza e recuperações de pequenas barragens e açudes, escavações para construções de cisternas , recuperações e construções de estradas vicinais, recuperação e construção de mercado municipal.

Durante o exercício, 31 Contratos foram analisados, no entanto, somente 21 empenhados e aprovados, somando um valor de recursos para os municípios de R$ 7.057.125,00

Para a execução das ações de Fiscalização de Contrato de Repasse, onde a Superintendência alcançou o resultado informado na tabela nº 09, foram aplicados recursos financeiros na ordem de R$ 6.411,00 (seis e cinco mil, quatrocentos e onze reais).

2.4 – Desempenho Orçamentário / Financeiro

2.4.1 - Programação Orçamentária da Despesa:

IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	22101	130101

Fonte: Sistema SIAFI - Tabela nº 10

Não se aplica, em razão da Superintendência não ser uma unidade orçamentária na LOA, motivo pelo qual só vai abordar as movimentações de créditos recebidos.

2.4.2 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa:

Valores em R$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	130101	20122075020000001	17.369	-	-
			09272008901810001	29.922	-	-
			20122075047160001	-	-	693.800
			20122144222720001	-	-	570
			2012260032B170001	-	-	7.789
			20125035647450001	-	-	7.581
			20125035647460001	-	-	3.941
			20125035689380001	-	-	99.464
			20125035689390001	-	-	13.313
			20125037520190001	-	-	2.799
			20125037521240001	-	-	16.766
			20125037521400001	-	-	36.854
			20125037521770001	-	-	1.300
			20125037521790001	-	-	56.953
			20125037529090001	-	-	3.031
			20125144247200001	-	-	5.605
			20128036045720001	-	-	18.884
			20602144285980001	-	-	2.514
			20603035721340001	-	-	6.378
			20603035721800001	-	-	4.594
			20603035785720001	-	-	19.683
			20604035748420001	-	-	23.227
			20604035786580001	-	-	34.192

			20605600386110001	-	-	2.518
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	110008	20122075020000001	-	-	26.855
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	130101	20122075047160001	738.340	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema SIAFI - Tabela nº 11

2.4.3 – Execução Orçamentária da Despesa:

2.4.3.1 – Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela SFA/SE por Movimentação

- **Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos pela SFA/SE:**

Valores em R$1,00

DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	**1.276.440**	**1.112.537**	**535.320**	**559.169**
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa	**158.788**	**169.475**	**133.013**	**135.386**
Inexigibilidade	**95.685**	**78.070**	**88.031**	**73.192**
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	**10.226**	**8.578**	**8.107**	**7.887**
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias	**188.434**	**315.806**	**188.434**	**305.806**
Outras				

Fonte: Siafi (2012) - Tabela nº 12

- **Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação:**

Valores em R$1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
319008.00	-	-	-	-	-	-	47.291	48.660
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida								

1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes								
339014.00	364.409	313.758	333.013	283.177	31.396	30.581	333.013	283.177
339037.00	289.319	235.983	258.258	210.397	31.061	25.586	258.257	208.977
339039.00	188.434	315.806	188.434	315.806	0,00	0,00	188.434	315.806
Demais elementos do grupo	194.292	259.859	184.014	227.109	10.278	32.750	179.599	220.769

Fonte: Sistema Siafi Gerencial -- Tabela nº 13

- **Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação:**

Valores em R$1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos								
449052.00	0,00	585.983	0,00	81.046	0,00	504.937	0,00	81.046
449051.00	697.519	0,00	0,00	0,00	697.519	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Fonte: Sistema Siafi Gerencial -- Tabela nº 14

Análise Crítica

Contingenciamento no exercício: o contingenciamento sofrido não impactou a execução das ações da SFA/SE.

Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária: demora para expedição de autorização para retomada da reforma do prédio da SFA/SE impactou negativamente pela falta de condição de recebimento do material adquirido acarretando cancelamento de despesa inscrita em RP e dificuldade de controle do consumo de água e energia devido às precárias condições do prédio.

A execução orçamentária também foi afetada pela redução dos preços orçados em relação aos praticados após os lances dos Pregões e cotações eletrônicas (aproximadamente 6,7%) que embora seja considerado um evento positivo reduziu o índice de execução uma vez que os pregões de maior vulto aconteceram no final do exercício não permitindo utilização dos créditos.

Além disso, temos o caso do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS/SE) que ocupa prédio da SFA/SE desde 1999 sem ressarcimento de despesas. A Câmara de Arbitragem da Administração Federal foi provocada, porem até o momento a situação está sem definição objetiva. O montante devido ultrapassa os R$ 300.000,00.

2.5 – Indicadores Institucionais:

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento através da Portaria nº 1.030, de 22 de outubro de 2010, estabeleceu 06 (seis) indicadores para as metas globais de desempenho Institucional para o exercício de 2010, quais sejam:

I – Grau de entendimento dos gerentes sobre a gestão estratégica - tendo como meta a média de 3,2 (três virgula dois) pontos nas respostas obtidas por meio do questionário;

II – Índice de Capacitação em Competências - para desenvolver as competências individuais dos servidores e alcançar a efetividade organizacional, tendo como meta 30 (trinta) horas cursadas em eventos por servidor;

III – Números de Cultivares Protegidas - com objetivo na ampliação do capital intelectual protegido, do desenvolvimento tecnológico e da inovação no agronegócio, com meta de 1.550 (mil quinhentos e cinqüenta) cultivares protegidas;

IV – Índices de Conformidade de Produtos de Origem Vegetal - para a qualidade dos produtos de origem vegetal com meta de 0,75 (zero virgula setenta e cinco);

V - Taxas de Área Agrícola Amparada por seguro Rural Subvencionado – com objetivo de buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas para o agronegócio, com meta de 24,84% (vinte e quatro virgula oitenta e quatro por cento) da área separada com subvenção em relação à área total plantada das lavouras permanentes e periódicas do país;

VI – Índice de Ações e Promoção Internacional para promover o Agronegócio Brasileiro no Exterior – com meta de 11,57 (onze virgula cinqüenta e sete) no índice formado pela soma dos pesos ponderados das atividades executadas pelas diferentes unidades do departamento de Promoção Internacional do Agronegócio –DPI.

2.5.1 – Resultados dos Indicadores Institucionais:

Quanto aos seis indicadores institucionais implantados pelo Ministério da Agricultura, onde para o alcance da meta anual dos mesmos todas as Superintendências dar a sua parcela de contribuição, sendo que a SFA/SE pela sua estrutura e a região onde desempenha suas atividades, contribui com 03 (três) dos seis indicadores instituídos, os quais apresentamos a seguir:

Indicador:	**Grau de Entendimento dos Gerentes sobre a Gestão Estratégica**	**RESULTADO**				
		Grau de Entendimento dos Gerentes sobre a Gestão Estratégica				
Fonte de Dados:	Relatório AGE	1ºTrimestre	2ºTrimestre	3ºTrimestre	4ºTrimestre	**Meta ANUAL**
Freqüência de Aferição	Anual	**3,0**	**3,0**	**3,0**	**3,0**	**3,8**
Unidade de Medida:	Número Absoluto					
Critério de Acompanhamento	Status					
Fórmula de Cálculo : Média das respostas do questionário de nível de conhecimento sobre a Gestão Estratégica do MAPA.						
Polaridade: Resultado Desejado: **Quanto maior melhor**						

Tabela nº 15

Indicador:	**Índice de Capacitação em Competências**	**R E S U L T A D O**				
		Índice de Capacitação em Competências (%)				
Fonte de Dados::	SIPLAN - PI Capacita	1ºTrimestre	2ºTrimestre	3ºTrimestre	4ºTrimestre	**Meta ANUAL**
Freqüência de Aferição:	Trimestralmente	**30,94%**	**40,90%**	**55,75%**	**61,55%**	**30:00 horas**
Unidade de Medida:	Hora / Servidor					
Critério de Acompanhamento	Acumulado					
Fórmula de Cálculo : Número total de horas cursadas em eventos de curta e média duração (até 360h) *2 + Número total de horas cursadas em eventos de longa duração (acima 360h) *1:3 : Número total de servidores ativos no MAPA						
Polaridade: Resultado Desejado: **Quanto maior melhor**						

Tabela nº 16

Indicador:	**Índices de Conformidade de Produtos de Origem Vegetal**	**R E S U L T A D O**				
		Índices de Conformidade de Produtos de Origem Vegetal				
Fonte de Dados::	DIPOA / DIPOV	**1ºTrimestre**	**2ºTrimestre**	**3ºTrimestre**	**4ºTrimestre**	**Meta ANUAL**
Freqüência de Aferição:	Trimestralmente	**0,48**	**0,61**	**0,76**	**0,88**	**0,75**
Unidade de Medida:	Número Absoluto					
Critério de Acompanhamento	Acumulado					
Fórmula de Cálculo : (0,5 x nº de estabelecimentos inspecionados - vinho e bebidas / nº de estabelecimentos programados na LOA - vinho e bebidas) + (0,5 x nº de amostras de produtos em conformidade - qualidade vegetal / nº total de amostras analisadas - qualidade vegetal)						
Polaridade: Resultado Desejado: **Quanto maior melhor**						

Tabela nº 17

2.5.2 - Indicadores de Desempenho Operacional:

O Resultado apresentado tem como base os macro-processos que a SFA/SE executa como ações diretas dos programas do PPA/2008 a 2011, sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, os dados apresentados estão consolidados no sistema SIPLAN e são de autoria de cada Seção ou Serviço conforme demonstrado na tabela.

No Painel dos indicadores estão expostos os dados da meta física programada, a meta física realizada, o valor gasto e o numero de conformidade para cada ação, que com o cruzamento dos dados, a unidade obtém o resultado dos indicadores de eficácia, eficiência e efetividade, com a consolidação dos planos internos que visa uma determinada atividade, a unidade alcança o resultado do indicador de cada macroprocesso.

PAÍNEL DOS INDICADORES OPERACIONAIS DOS MACROSPROCESSOS DA SFA/SE - EXERCÍCIO DE 2011

Plano Interno (Ações)	Código da Ação	Unidade de Medida/Produto	META FÍSICA		Conformidade	Inconformidade	Valor Gasto R$	INDICADORES		
			Prevista	Realizada				Eficácia %	Eficiência R$	Efetividade % de Conforme
MACROPROCESSO DE APOIO ADMINISTRATIVO										
Manutsfas	**4716**	Superintendência Mantida	1	1	**1**	**0**	**699.098,88**	**100%**	699.098,88	**100,00%**
MACROPROCESSO DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA										
Fiscorgen	4745	Fiscalização Realizada	10	10	10	0	7.581,82	**100,00**	**758,18**	**100,00%**
Fiscgene	2019	Fiscalização Realizada	0	0	0	0	2.786,14	**0**	**0,00**	**0%**
Fiscinan	2124	Fiscalização Realizada	123	138	138	0	15.144,62	**112,20**	**109,74**	**100,00%**
Fisprovet1	2140	Fiscalização Realizada	84	88	88	0	4.446,02	**104,76**	**50,52**	**100,00%**
Fisfecoi	2141	Fiscalização Realizada	142	188	188	0	30.697,02	**132,39**	**163,28**	**100,00%**
Fisagric1	2177	Fiscalização Realizada	5	5	5	0	714,82	**100,00**	**142,96**	**100,00%**
Fiscalsem1	2179	Fiscalização Realizada	118	120	120	0	55.514,61	**101,69**	**462,62**	**100,00%**
Fisagrotoxicos	2909	Fiscalização Realizada	0	0	0	0	3.031,86	**0**	**0,00**	**0%**
Total de Indicador de Fiscalizações			**482**	**549**	**549**	**0**	**94.404**	**113,90%**	**171,96**	**100,00%**
MACROPROCESSO DE PADRONIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO VEGETAL										
Padclassif	**4746**	Produto Fiscalizado (Ton)	**94.000**	**157.276**	157.276	**0**	**3.941,70**	**167,31**	**0,03**	**100,00%**
MACROPROCESSO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL										
Inspanimal3	8938	Estabel. Inspecionado	12	12	12	0	94.527,25	**100,00**	**7.877,27**	**100,00%**
Ipvegetal	8939	Estabel. Inspecionado	85	82	82	0	13.113,42	**96,47**	**159,92**	**100,00%**
Total de Indicador de Insp. de prod de Origem Animal, Vegetal			**97**	**94**	**94**	**0**	**107.640,67**	**96,91**	**1.145,11**	**100,00%**
MACROPROCESSO DE DEFESA VEGETAL NO ESTADO DE SERGIPE										
Fiscplanta2	2180	Fiscalização Realizada	52	60	60	0	3.000,00	**115,38**	**50,00**	**100,00%**
Pcevegetal	8572	Área Controlada (HÁ)	63.000	63.000	63.000	0	19.597,32	**100,00**	**0,31**	**100,00%**
Total de Indicador de Defesa Vegetal			**63.052**	**63.060**	63.060	**0**	**22.597**	**100,01**	**0,36**	**100,00%**
MACROPROCESSO DE DEFESA ANIMAL NO ESTADO DE SERGIPE										
Fiscanimal2	2181	Fiscalização Realizada	20	19	19	0	3.832,58	**95,00**	**201,71**	**100,00%**

Febreaftos	4842	Área Livre Febre Aftosa	21.910	21.910	21.910	0	22.606,31	**100,00**	**1,03**	**100,00%**
Pceanimal	8658	Propriedade Atendida	8.400	8.822	8.822	0	33.028,17	**105,02**	**3,74**	**100,00%**
Total de Indicador de Defesa Animal			**30.330**	**30.751**	30.751	**0**	**59.467**	**101,39**	**1,93**	**100,00%**

MACROPROCESSO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA NO ESTADO DE SERGIPE										
Vigifitos	2134	Fiscalização Realizada	16.400	16.400	16.400	0	6.189,69	**100,00**	**0,38**	**100,00%**
Vigizoo2	2139	Fiscalização Realizada	120.000	118.482	118.482	0	0,00	**98,74**	**0,00**	**100,00%**
Total de Indicador de Vigilância Agropecuária			**136.400**	**134.882**	**134.882**	**0**	**6.190**	**98,89**	**0,05**	**100,00%**
Desenorg	**8606**	**Pessoa Beneficiada**	**375**	**282**	**282**	**0**	**0,00**	**75,20**	**0,00**	**100,00%**
Fisacontrato	**2B17**	**Contrato Fiscalizado**	**12**	**23**	**15**	**0**	**6.411,72**	**191,67**	**278,77**	**65,22%**

Tabela nº 18

Legenda:

- Macroprocesso de Fiscalização Agropecuária
- Macroprocesso de Padronização e Classificação Vegetal
- Macroprocesso de Inspeção de Produtos de Origem Animal e Vegetal
- Macroprocesso de Defesa Vegetal no Estado de Sergipe
- Macroprocesso de Defesa Animal no Estado de Sergipe
- Macroprocesso de Vigilância Agropecuária no Estado de Sergipe

I) - Indicadores das Fiscalizações Realizadas

Indicador:	Índice de Fiscalizações	RESULTADO					
		TIPO DE INDICADORES					
		EFICÁCIA (%)		EFICIÊNCIA (R$)		EFETIVIDADE %	
Atividade:	Fiscalização Agropecuária Realizada	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Método de Aferição:	Mensalmente é Registrado no Sistema SIPLAN os dados realizados para a Atividade.	114%	113,9%	324,,77	171,96	83%	100%
Área Responsável pelos Dados:	Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG						
Área Responsável pelo Cálculo:	Seção de Planejamento e Acompanhamento – SPA						
Fórmula de Cálculo - Ind. Eficácia:		Relação Percentual de Fiscalização: Programada X Executada – (%) - Resultado Desejado: **Quanto maior melhor**					
Fórmula de Cálculo - Ind. Eficiência:		Gasto (R$) Dividido pelo Nº Atividades Realizadas, Resultado Desejado: **Quanto menor melhor**					
Fórmula de Cálculo - Ind. Efetividade:		Relação Percentual de Conformidade na Execução da Atividade (%) - Resultado Desejado: **Quanto maior melhor**					

Fonte de dados: SIPLAN -- Tabela nº 19

II) - Indicadores da Classificação e Padronização de Produtos Vegetais

Indicador:	Índice de Classificação e Padronização.	RESULTADO					
		TIPO DE INDICADORES					
		EFICÁCIA (%)		EFICIÊNCIA (R$)		EFETIVIDADE %	
Atividade:	Padronização e Classificação Realizada	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Método de Aferição:	Mensalmente é Registrado no Sistema SIPLAN os dados realizados para a Atividade.	373,0%	167,30%	0,13	0,30	100%	100%
Área Responsável pelos Dados:	Serviço de Inspeção Agropecuária – SIPAG						
Área Responsável pelo Cálculo:	Seção de Planejamento e Acompanhamento – SPA						
Fórmula de Cálculo - Ind. Eficácia:		Relação Percentual de Fiscalização: Programada X Executada - (%) - Resultado Desejado: **Quanto maior melhor**					
Fórmula de Cálculo - Ind. Eficiência:		Valor Gasto (R$) Dividido pelo Nº Atividades Realizadas, Resultado Desejado: **Quanto menor melhor**					
Fórmula de Cálculo - Ind. Efetividade:		Relação Percentual de Conformidade na Execução da Atividade (%) - Resultado Desejado: **Quanto maior melhor**					

Fonte de dados: SIPLAN -- Tabela nº 20

III) - Indicadores da Inspeção de Produtos de Origem Animal e Vegetal

Indicador:	Índice de Inspeção	RESULTADO					
		TIPO DE INDICADORES					
		EFICÁCIA (%)		EFICIÊNCIA (R$)		EFETIVIDADE %	
Atividade:	Inspeção Realizada	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Método de Aferição:	Mensalmente é Registrado no Sistema SIPLAN os dados realizados para a Atividade.	100%	96,90%	1.360,	1.145,	97,85%	90,40%

Área Responsável pelos Dados:	Serviço de Inspeção Agropecuária – SIPAG						
Área Responsável pelo Cálculo:	Seção de Planejamento e Acompanhamento – SPA						
Fórmula de Cálculo - Ind. Eficácia:		Relação Percentual de Fiscalização: Programada X Executada - (%) - Resultado Desejado: **Quanto maior melhor**					
Fórmula de Cálculo - Ind. Eficiência:		Valor Gasto (R$) Dividido pelo Nº Atividades Realizadas, Resultado Desejado: **Quanto menor melhor**					
Fórmula de Cálculo - Ind. Efetividade:		Relação Percentual de Conformidade na Execução da Atividade (%) - Resultado Desejado: **Quanto maior melhor**					

Fonte de dados: SIPLAN -- Tabela nº 21

IV) - Indicadores das Ações de Defesa Vegetal.

Indicador:	Índice de Defesa Sanitária Vegetal	RESULTADO					
		TIPO DE INDICADORES					
		EFICÁCIA (%)		EFICIÊNCIA (R$)		EFETIVIDADE %	
Atividade:	Área Controlada	2009	2011	2010	2011	2010	2011
Método de Aferição:	Mensalmente é Registrado no Sistema SIPLAN os dados realizados para a Atividade.	100%	100%	0,60	0,36	100,00%	100%
Área Responsável pelos Dados:	Serviço de Defesa Agropecuária – SEDESA						
Área Responsável pelo Cálculo:	Seção de Planejamento e Acompanhamento – SPA						
Fórmula de Cálculo - Ind. Eficácia:		Relação Percentual de Supervisão/Auditoria: Programada X Executada (%) - Resultado Desejado: **Quanto maior melhor**					
Fórmula de Cálculo - Ind. Eficiência:		Gasto (R$) Dividido pelo Nº Atividades Realizadas, Resultado Desejado: **Quanto menor melhor**					
Fórmula de Cálculo - Ind. Efetividade:		Relação Percentual de Conformidade na Execução da Atividade (%) - Resultado Desejado: **Quanto maior melhor**					

Fonte de dados: SIPLAN -- Tabela nº 22

V) - Indicadores das Ações de Defesa Animal.

Indicador:	Índice de Defesa Sanitária Animal	RESULTADO					
		TIPO DE INDICADORES					
		EFICÁCIA (%)		EFICIÊNCIA (R$)		EFETIVIDADE %	
Atividade:	Área Controlada	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Método de Aferição:	Mensalmente é Registrado no Sistema SIPLAN os dados realizados para a Atividade.	99,26%	100%	2,64	1,93	100,00%	100%
Área Responsável pelos Dados:	Serviço de Defesa Agropecuária – SEDESA						
Área Responsável pelo Cálculo:	Seção de Planejamento e Acompanhamento – SPA						
Fórmula de Cálculo - Ind. Eficácia:		Relação Percentual de Supervisão/Auditoria: Programada X Executada (%) - Resultado Desejado: **Quanto maior melhor**					
Fórmula de Cálculo - Ind. Eficiência:		Valor Gasto (R$) Dividido pelo Nº Atividades Realizadas, Resultado Desejado: **Quanto menor melhor**					
Fórmula de Cálculo - Ind. Efetividade:		Relação Percentual de Conformidade na Execução da Atividade (%) - Resultado Desejado: **Quanto maior melhor**					

Fonte de dados: SIPLAN -- Tabela nº 23

VI) - Indicadores da Vigilância Agropecuária no Estado.

Indicador:	Índice de Vigilância Agropecuária	RESULTADO					
		TIPO DE INDICADORES					
		EFICÁCIA (%)		EFICIÊNCIA (R$)		EFETIVIDADE %	
Atividade:	Partida Realizada	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Método de Aferição:	Mensalmente é Registrado no Sistema SIPLAN os dados realizados para a Atividade.	101,0%	98,90%	189,42	0,50	100%	100%
Área Responsável pelos Dados:	Serviço de Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO						
Área Responsável pelo Cálculo:	Seção de Planejamento e Acompanhamento – SPA						
Fórmula de Cálculo - Ind. Eficácia:		Relação Percentual de Partida inspecionada: Programada X Executada (%) - Resultado Desejado: **Quanto maior melhor**					
Fórmula de Cálculo - Ind. Eficiência:		Nº de Fiscalizações Realizadas, Dividido pelo Valor Gasto (R$) Resultado Desejado: **Quanto menor melhor**					
Fórmula de Cálculo - Ind. Efetividade:		Relação Percentual de Conformidade na Execução da Atividade (%) - Resultado Desejado: **Quanto maior melhor**					

Fonte de dados: SIPLAN -- Tabela nº 24

No Painel de indicadores da tabela 18, a Superintendência apresenta 06 (seis) macroprocessos finalísticos, onde para se obter uma eficácia em cada macro processo existe uma serie de procedimentos que a unidade realiza para atingir o padrão de qualidade desejado pela sociedade, as ações dos macroprocessos têm impacto direto no aspecto social e econômico do Estado, para medir o seu desempenho a unidade utiliza para cada macroprocesso 03 (três) indicadores alinhados aos princípios constitucionais da administração pública:

I) Macroprocesso de Fiscalizações Realizadas:

Indicador de Eficácia - Desempenho Favorável X Exercício anterior
Indicador de Eficiência - Desempenho Favorável X Exercício anterior
Indicador de Efetividade - Desempenho Favorável X Exercício anterior

II) Macroprocesso de Classificação e Padronização de Produtos Vegetais:

Indicador de Eficácia - Desempenho Favorável X Exercício anterior
Indicador de Eficiência - Desempenho Favorável X Exercício anterior
Indicador de Efetividade - Desempenho Favorável X Exercício anterior

III) Macroprocesso de Inspeção em Estabelecimento de Produtos de Origem Animal e Vegetal:

Indicador de Eficácia - Desempenho Desfavorável X Exercício anterior
Indicador de Eficiência - Desempenho Favorável X Exercício anterior
Indicador de Efetividade - Desempenho Desfavorável X Exercício anterior

IV) Macroprocesso de Defesa Sanitária Vegetal:

Indicador de Eficácia - Desempenho Favorável X Exercício anterior
Indicador de Eficiência - Desempenho Favorável X Exercício anterior
Indicador de Efetividade - Desempenho Favorável X Exercício anterior

V) Macroprocesso de Defesa Sanitária Animal:

Indicador de Eficácia - Desempenho Favorável X Exercício anterior
Indicador de Eficiência - Desempenho Favorável X Exercício anterior
Indicador de Efetividade - Desempenho Favorável X Exercício anterior

VI) Macroprocesso de Vigilância Sanitária Agropecuária:

Indicador de Eficácia - Desempenho Favorável X Exercício anterior
Indicador de Eficiência - Desempenho Favorável X Exercício anterior
Indicador de Efetividade - Desempenho Favorável X Exercício anterior

O desempenho das ações finalísticas da Superintendência no exercício de 2011 em relação ao exercício anterior foi totalmente favorável, todos os macroprocessos obtiveram os resultados positivos, segundo os números, a unidade desempenhou suas ações com eficácia de 100%, com efetividade de 95% e uma eficiência que superou o exercício passado, com o gasto de R$ 176,95 por fiscalização realizada, de R$ 1.145,00 por Estabelecimento Inspecionado, de R$ 1,93 para acompanhar as ações de Defesa Animal e Vegetal no Estado.

Com os resultados dos indicadores, podemos afirmar que as dificuldades imputadas pelo contingenciamento orçamentário e pela limitação do numero de diárias para 40 por servidor, determinada pelo Decreto presidencial, não impactou negativamente no desempenho da Superintendência, visto que em todas as ações principais a unidade superou as metas previstas para o exercício.

3.0 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos:

Não se aplica na gestão da SFA/SE, justificativa na introdução do Relatório.

4.0 - Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

4.1 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

R$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos acumulados**	**Pagamentos acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2011**
2010	2.506.044	-	2.506.044	-
2009	-	-	-	-
...	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos acumulados**	**Pagamentos acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2011**
2010	593.855	187.973	244.660	161.221
2009	-	-	-	-
...	-	-	-	-
Observações:				

Fonte: Sistema Siafi Gerencial -- Tabela nº 25

4.2 – Análise Crítica

O aumento substancial no montante de RP processado inscrito em 2010 deve-se ao convenio firmado com a EMDAGRO/SE, na ordem de R$ 2.498.286,50, cujo recurso financeiro, só pôde ser repassado em 2011. Dos R$ 7.758,31 restantes, R$ 5.850,26 foram provenientes de contratos de material e serviços e 1.908,05 de despesas em outras modalidades, embora o montante de RP inscrito no exercício de 2010 tenha sido bastante expressivo, não houve dificuldade para a efetivação dos pagamentos nos prazos previstos.

Quanto ao RP não processado, do montante inscrito no exercício de 2010, 82,39% refere-se a aquisição de mobiliário cujo pregão foi realizado no final do exercício, sem tempo hábil

para entrega dos materiais adquiridos. O restante referente a 17,61% refere-se às despesas com contratos de materiais e serviços, assim como outras modalidade.

Dos cancelamentos ocorridos, 87,90% refere-se aos empenhos concernentes a aquisição do mobiliário, cuja entrega não pôde ser realizada no prazo estipulado pela superintendência, quanto ao saldo de R$ 161.221,00 refere-se às notas fiscais dos mobiliários recebidos no encerramento do exercício de 2011, cujo recurso financeiro só foi liberado para pagamento no inicio do exercício de 2012.

5.0 – Informações Sobre Recursos Humanos da Unidade:

5.1 - Composição do Quadro de Servidores Ativos:

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

FORÇA DE TRABALHO DA SFA/SE – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	**Não há**	**57**	**0**	**0**
1.1. Membros de poder e agentes políticos	**Não há**	**0**	**0**	**0**
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	**Não há**	**57**	**0**	**0**
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	**Não há**	**57**	**0**	**0**
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	**Não há**	**0**	**0**	**0**
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	**Não há**	**0**	**0**	**0**
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	**1**	**1**	**0**	**0**
2. Servidores com Contratos Temporários	**Não há**	**0**	**0**	**0**
3. Total de Servidores (1+2)		**58**	**0**	**0**

Fonte: SIAPE (2012) - Tabela nº 26

5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada

SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA SFA/SE – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	**7**
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	3
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	4
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Gradução Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	**2**
3.1. De oficio, no interesse da Administração	1
3.2. A pedido, a critério da Administração	1
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	**0**
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	**1**
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0

5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	1
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	**0**
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	**10**
Fonte: SIAPE (2012) - Tabela nº 27	

5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da SFA/SE

Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	**6**	**6**	**0**	**0**
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	**6**	**6**		
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		5		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		1		
1.2.4. Sem vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas	**11**	**11**	**0**	**0**
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	11	11		
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)		**17**	**0**	**0**

Fonte: SIAPE (2012) - tabela nº 28

5.1.4 - Quantificação do quadro de pessoal da SFA/SE segundo a idade

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	**4**	**4**	**14**	**22**	**13**
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	4	4	14	22	13
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de cargo em comissão	**0**	**0**	**1**	**0**	**0**
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior			1		
2.3. Funções gratificadas					
3. Totais (1+2)	**4**	**4**	**15**	**22**	**13**

Fonte: SIAPE (2012) - Tabela nº 29

5.1.5 - Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	**0**	**0**	**3**	**3**	**26**	**25**	**0**	**0**	**0**
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	3	3	26	25	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**1**	**0**
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	0	0	1	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	**0**	**0**	**3**	**3**	**26**	**25**	**0**	**1**	**0**

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE (2012) - Tabela nº 30

5.2 – Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas:

5.2.1 - Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria:

Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	**82**	**0**
1.1 Voluntária	70	0
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	11	0
1.4 Outras	01	0
2. Proporcional	**94**	**0**
2.1 Voluntária	92	0
2.2 Compulsória	01	0
2.3 Invalidez Permanente	01	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	**176**	**0**

Fonte: Siape (2012) - Tabela nº 31

5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada:

Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	**319**	**0**
1.1. Integral	202	0
1.2. Proporcional	117	0
2. Em Atividade	**92**	**1**
3. Total (1+2)	**411**	**1**

Fonte: Siape (2012) - - Tabela nº 32

5.3 – Composição do Quadro dos Estagiários:

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					**32.462,**
1.1 Área Fim	**3**	**3**	**3**	**3**	
1.2 Área Meio	**1**	**2**	**2**	**1**	
2. Nível Médio					**19.032,**
2.1 Área Fim	**3**	**3**	**3**	**3**	
2.2 Área Meio	**1**	**2**	**2**	**2**	
3. Total (1+2)	**8**	**10**	**10**	**09**	**51.494,**

Fonte SGP: Tabela nº 33

5.4 - Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada:

QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Em R$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previ-denciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	**2011**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	**2011**	2.685.859,64	0,00	2.703.289,06	573.908,94	186.859,58	55.537,00	26.853,61	0,00	15.179,03	6.247.486,86
	2010	2.611.831,67	0,00	2.694.409,72	496.184,10	208.142,33	40.596,00	25.933,71	13.942,27	65.493,53	6.156.533,33
	2009	2.201.680,88	0,00	2.106.263,24	397.236,94	90.594,24	58,58	31.078,53	0,00	94.863,07	4.921.775,48
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	**2011**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	**2011**	199.121,30	0,00	84.073,40	0,00	17.476,58	7.130,00	2.042,55	0,00	359,64	310.203,47
	2010	114.110,14	0,00	55.016,93	0,00	11.806,16	3.613,00	2.019,60	0,00	480,76	187.046,59
	2009	52.803,62	0,00	7.379,59	0,00	2.538,29	0,00	0,00	0,00	0,00	62.721,50
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	**2011**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	**2011**	522.470,17	111.913,34	496.205,29	119.556,50	18.134,00	7.759,84	1.697,66	0,00	16.668,46	1.294.405,26
	2010	444.906,28	101.132,38	430.419,61	84.283,36	18.558,00	3.837,29	5.917,64	0,00	11.628,72	1.100.683,28
	2009	423.437,45	109.322,30	402.849,22	75.932,51	9.339,92	1.883,47	11.845,10	0,00	5.124,86	1.039.734,83
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	**2011**	510.940,31	49.604,02	267.107,72	64.295,38	39.839,62	17.588,48	2.469,29	0,00	3.552,79	955.397,61
	2010	510.940,31	49.604,02	267.107,72	64.295,38	39.839,62	17.588,48	2.469,29	0,00	3.552,79	955.397,61
	2009	469.643,35	47.784,05	274.168,29	73.188,79	18.236,16	4.997,62	1.311,91	0,00	5.478,81	894.808,98

Fonte: Siape (2012) - Tabela nº 34

5.5 – Terceirização de Mão de Obra pela SFA/SE

5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade:

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante														
Nome: Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe – SFA/SE														
UG/Gestão: 130028					**CNPJ:** 00.396.895/0023-30									
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2008	V	O	012/2008	02.081.574/0001-67	01/09/08	31/08/11	4	4	0	0	0	0	E
2010	L	O	013/2012	02.945.243/0001-28	01/07/10	01/07/11	6	6	0	0	0	0	E
2011	L	O	009/2011	02.945.243/0001-28	01/07/11	01/07/12	6	6	0	0	0	0	A
2011	V	O	011/2011	02.081.574/0001-67	01/09/11	01/09/12	4	4	0	0	0	0	A
Observações:														
LEGENDA **Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. **Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial. **Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. **Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														

Fonte SAG - Tabela nº 35

5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão:

QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante														
Nome: Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe – SFA/SE														
UG/Gestão: 130028					**CNPJ:** 00.396.895/0023-30									
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2010	10	O	017/2010	04.092.614/0001-00	22/11/11	22/11/12	1	1	0	0	0	0	P
2010	7	O	016/2010	07.951.388/0001-55	23/11/11	23/12/12	0	0	6	6	0	0	P
2011	6	O	010/2011	02.030.016/0001-72	01/07/11	01/07/12	0	0	1	1	0	0	A
Observações:														
LEGENDA **Área:** *1. Conservação e Limpeza; 2. Segurança; 3. Vigilância; 4. Transportes; 5. Informática; 6. Copeiragem; 7. Recepção; 8. Reprografia; 9. Telecomunicações; 10. Manutenção de bens móveis 11. Manutenção de bens imóveis 12. Brigadistas 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes 14. Outras* **Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial. **Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. **Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. **Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.														

Fonte: SAG - Tabela nº 36

5.6 - Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos:

Atualmente a Superintendência trabalha com indicadores de eficácia como: Índice de dias de afastamento por Licença Médica, Índice de Servidores Totais Afastados por Licença Médica, Índice de FFA's afastados, Índice de Técnicos Agropecuários afastados, Índice de Servidores Administrativos afastados, Índice de atendimento às aposentadorias em 30 dias, Produtividade na Concessão de Aposentadoria, abaixo os resultados alcançados nos últimos exercícios:

PAINEL DE INDICADORES DE RECURSOS HUMANOS						
Processo	**Indicador**	**Meta**	**2009**	**2010**	**2011**	**Desempenho**
Concessão de Benefício (1)	Índice de Pensão incluída no SISAC	**100**	100	100	100	=
	Índice de Aposentadoria incluída no SISAC	**100**	100	100	0	=
	Quantidade de Auxilio Funeral Concedido		06	11	12	
	Quantidade de Auxilio Natalidade Concedido		0	0	01	
	** Índice de Servidores Beneficiados com Auxilio Alimentação		96	97	97	
	** Índice de Servidores Beneficiados com de Auxilio Transporte		56	43	34	
	Índice de Servidores Beneficiados Auxilio Insalubridade		45	45	44	
	** Índice de Servidores Beneficiados com Auxilio Pré Escolar		05	07	08	
Licença Médica	Índice de Dias de Afastamento por Licença Médica	**≤ 5**	04	1,68	0,14	⇩
Treinamento/ Capacitação	Índice de universalização das ações de treinamento	**100**	98	65	87	⇧
	Número de Horas de Treinamento		3474	2511	2088	⇩
Recadastramento	Índice de Recadastramento de Aposentados	**100**	100	80	100	⇧
	Índice de Recadastramento de Pensionistas	**100**	100	83	99	⇧

Fonte: Planilha de Acompanhamento da Execução de Atividades - Tabela nº 37

NOTA:

100% dos servidores que requerem benefício (e têm direito) são atendidos;
** Constam como ação do Programa Governamental APOIO ADMINISTRATIVO (código 0750) que tem como órgão responsável o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

LEGENDA	
MELHOR	⇧
PIOR	⇩
IGUAL	=

Área	Indicador	Modalidade	Fórmula	Resultado		
				2009	2010	2011
Pessoal	Índice de dias de afastamento por Licença Médica	EFICÁCIA	(nº de dias de afastamento / nº de servidores x período apurado)*100	**3,60**	**1,68**	**0,14**
	Índice de Servidores Totais Afastados por Licença Médica	EFICÁCIA	(nº de servidores afastados / nº total de servidores ativos)*100	**4,68**	**3,31**	**3,20**

	Índice de FFA's afastados	EFICÁCIA	(FFA's afastados / FFA's ativos)*100	**3,70**	**4,76**	**0,56**
	Índice de Técnicos Agropecuários afastados	EFICÁCIA	(Técnicos Agropecuários afastados / Téc Agropec ativos)*100	**0,93**	**0,00**	**0,60**
	Índice de Servidores Administrativos afastados	EFICÁCIA	(Servidores Adm. afastados / Servidores Adm ativos)*100	**8,33**	**3,91**	**3,13**
	Índice de atendimento às aposentadorias em 30 dias	EFICÁCIA	(nº de aposentadorias concedidas / nº de aposentadorias solicitadas)*100	**100**	**100**	**100**
	Produtividade na Concessão de Aposentadoria	EFICIÊNCIA	(nº de aposentadorias concedidas / nº de servidores envolvidos	**0,06**	**0,08**	**0,00**

Fonte: Planilha de Acompanhamento da Execução de Atividades - Fonte SAG - Tabela nº 38

- *Índice de afastamento por licença médica* – reduziu em todos os níveis;
- *Índice de Produtividade na Concessão de Aposentadoria:* somente demonstram o esforço individual despendido pelos servidores envolvidos na execução das respectivas atividades, haja vista que toda a demanda que atende aos requisitos legais é realizada.
- *Índice de Universalização de Ações de Capacitação* – redução significativa do resultado apurado principalmente pela ausência de plano de capacitação que atenda todos os servidores.

6.0 – Transferências Voluntárias mediante Convênio, Contrato de Repasse ou Termo de Cooperação no Exercício:

6.1 – Relação dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de 2011:

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe – SFA/SE									
CNPJ: 00.396.895/0023 – 30					**UG/GESTÃO: 130028 - 00001**				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	**Nº do instrumento**	**Beneficiário**	**Valores Pactuados**		**Valores Repassados**		**Vigência**		**Sit.**
			Global	**Contra-partida**	**No exercício**	**Acumulado até exercício**	**Início**	**Fim**	
1	742421/2010	13.108.295/0001-66	2.109,985,	210.998,50	1.898.986,5	1.898.986,5	30/06/10	30/06/12	1
1	743701/2010	13.108.295/0001-66	677.300,	69.000,	608.300,00	608.300,00	01/07/10	30/06/12	1
2	67952/2011	13.095260/0001-30	200.000,	5.000,	195.000,00	195.000,00	31/12/11	31/12/12	1
2	06035/2011	13.094.222/0001-62	460.250,	11.500,	448.750,00	448.750,00	31/12/11	31/12/12	1
2	06212/2011	13.094.222/0001-62	180.000,	4.500,	175.500,00	175.500,00	31/12/11	31/12/12	1
2	67269/2011	13.100.995/0001-04	170.000,	4.250,	165.750,00	165..750,00	31/12/11	31/13/12	1
2	68619/2011	13.110.408/0001-68	290.000,	7.250,	282.750,00	282..750,00	31/12/11	31/12/12	1
2	53660/2011	13.128.863/0001-90	500.000,	12.500,	487.500,00	487.500,00	31/12/11	31/12/12	1
2	55714/2011	13.128.889/0001-39	500.000,	12.500,	487.500,00	487.500,00	31/12/11	31/12/12	1
2	32087/2011	13.113.626/0001-56	200.000,	5.000,	195.000,00	195.000,00	31/12/11	31/12/12	1
2	53701/2011	13.113.626/0001-56	500.000,	12.500,	487.500,00	487.500,00	31/12/11	31/12/12	1
2	18404/2011	13.098.181/0001-82	350.000,	8.750,	341.250,00	341.250,00	31/12/11	31/12/12	1
2	66979/2011	13.119.300/0001-36	300.000,	7.500,	292.500,00	292.500,00	31/12/11	31/12/12	1
2	19022/2011	13.106.935/0001-07	500.000,	12.500,	487.500,00	487.500,00	31/12/11	31/12/12	1
2	44853/2011	13.128.814/0001-58	500.000,	12.500,	487.500,00	487.500,00	31/12/11	31/12/12	1
2	20301/2011	13.113.063/0001-04	460.000,	11.500,	448.500,00	448.500,00	31/12/11	31/12/12	1
2	22624/2011	13.111.224/0001-12	280.000,	7.000,	273.000,00	273.000,00	31/12/11	31/12/12	1
2	18992/2011	13.104.740/0001-10	450.000,	11.250,	438.750,00	438.750,00	31/12/11	31/12/12	1
2	03743/2011	13.104.740/0001-10	1.000.000,	25.000,	975.000,00	975.000,00	31/12/11	31/12/12	1
2	22425/2011	32.846.347/0001-46	175.000,	4,375,	170.625,00	170.625,00	31/12/11	31/12/12	1
2	29870/2011	13.094.446/0001-74	400.000,	10.000,	390.000,00	390.000,00	31/12/11	31/12/12	1
2	77379/2011	13.112.289/0001-82	160.000,	4.000,	156.000,00	156.000,00	31/12/11	31/12/12	1
2	77378/2011	13.112.511/0001-47	141.000,	4500,	136.500,00	136.500,00	31/12/11	31/12/12	1

LEGENDA

Modalidade:
1 - Convênio
2 - Contrato de Repasse
3 - Termo de Parceria
4 - Termo de Cooperação
5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:
1 - Adimplente
2 - Inadimplente
3 - Inadimplência Suspensa
4 - Concluído
5 - Excluído
6 - Rescindido
7 - Arquivado

Fonte: Sistema Siafi -- Tabela nº 39

6.2 – Quantidade de Resumo dos Instrumentos Celebrados pela SFA/SE nos Três Últimos Exercícios:

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe – SFA/SE						
CNPJ: 00.396.895/0023 – 30				**UG/GESTÃO: 130028 - 00001**		
Modalidade	**Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício**			**Valores repassados em cada exercício** (Valores em R$ 1,00)		
	2011	**2010**	**2009**	**2011**	**2010**	**2009**
Convênio	-	4	1	2.507.286,50	83.970,	58.000,
Contrato de Repasse	21	49	31	7.522.375,00	9.593.600,	10.997.220,

Termo de Parceria	-	-	-			
Termo de Cooperação	-	-	-			
Termo de Compromisso	-	-	-			
Totais	**21**	**53**	**32**	**10.029.661,50**	**9.677.570,**	**11.055.220,**

Fonte: Sistema Siafi -- Tabela nº 40

6.3 – Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes:

6.3.1 - Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2011 e Exercícios Seguintes:

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe – SFA/SE					
CNPJ: 00.396.895/0023 – 30			**UG/GESTÃO: 130028 - 00001**		
Modalidade	**Qtd. De instrumentos com vigência em 2012 e seguintes**	**Valores** (R$ 1,00)			**% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011**
		Contratados	**Repassados até 2011**	**Previstos para 2012**	
Convênio	2	-	2.507.286,50	-	-
Contrato de Repasse	-	7.522.375,00	7.522.375,00	-	**100%**
Termo de Parceria	-			-	-
Termo de Cooperação	-			-	-
Termo de Compromisso	-			-	-
Totais	**2**	**7.522.375,00**	**10.029.661,50**	**-**	**100%**

Fonte: Sistema Siafi -- Tabela nº 41

6.4 – Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse

6.4.1. Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela SFA/SE na Modalidade de Convênio, Termo de Parceria e Contrato de Repasse**:**

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe – SFA/SE					
CNPJ: 00.396.895/0023 – 30			**UG/GESTÃO: 130028 - 00001**		
Exercício da prestação de contas	**Quantitativos e montante repassados**			**Instrumentos** (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	**Contratos de Repasse**
2011	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		02	21
		Montante Repassado		2.498.286,50	7.715.000
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R$)	-	-
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R$)	-	-
2010	Contas prestadas		Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R$)	-	-
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R$)	-	-
2009	Contas prestadas		Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R$)	-	-
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R$)	-	-

Anterior a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade	--	-
		Montante Repassado (R$)	-	-

Fonte: Sistema Siafi -- Tabela nº 42

6.5 Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse:

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe – SFA/SE					
CNPJ: 00.396.895/0023 - 30			**UG/GESTÃO: 130028 - 00001**		
Exercício da prestação de contas	**Quantitativos e montantes repassados**			**Instrumentos**	
				Convênios	**Contratos de Repasse**
2011	Quantidade de contas prestadas				
	Com prazo de análise ainda **não vencido**	Quantidade		02	21
		Montante repassado (R$)		2.498.286,	7.715.000
	Com prazo de análise **vencido**	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
		Contas NÃO analisadas	Quantidade		
			Montante repassado (R$)		
2010	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
		Montante repassado (R$)		-	--
2009	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
		Montante repassado		-	-
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
		Montante repassado		-	-

Fonte: Sistema Siafi -- Tabela nº 43

Analise Critica sobre a Gestão dos Convênios, e Contrato de repasse:

A Superintendência não celebrou nenhum convênio, contrato de repasse ou termo de cooperação técnica durante o exercício de 2011, porém atualmente existem em plena execução 02 (dois) convênios de: Defesa Animal e Vegetal com vigência até 30 de junho de 2012, no caso dos Contratos de Repasse foram celebrados 21 (vinte e um) entre a Caixa Econômica Federal e as Prefeituras do estado mencionadas na Tabela nº 33.

Com relação aos 04 (quatro) convênios do exercício de 2010 e 01 (um) do exercício de 2009, informados na tabela nº 40, são dois convênios de Defesa: Animal e Vegetal que atualmente encontra-se em vigência, e os outros três foram celebrados pelo órgão central (MAPA), onde coube a Superintendência apenas realizar o acompanhamento em Loco da execução do objeto firmado, .

Ressalta-se que a responsabilidade da Superintendência, no caso dos contratos de repasse, é apenas de acompanhamento em loco da execução do objeto pactuado e a emissão do Parecer

Técnico, quanto às demais exigências previstas no instrumento legal como análise geral da prestação de contas entre outras cabe a Caixa Econômica Federal.

No gerenciamento das transferências voluntárias, a unidade designa através de portaria, dois fiscais federais, um para realizar o parecer de viabilidade técnica e outro fica incumbido de fazer o acompanhamento em loco na execução das etapas e das metas, para o fiscal realizar o acompanhamento em loco, a unidade ofereceu todas as condições para a realização da atribuição como: recursos financeiros, recursos humanos e veículo.

Conforme registro na tabela nº 36, nos três últimos exercícios a Superintendência repassou para os convenentes recursos financeiros na ordem de **R$ 2.540.256,00**, sendo que destes **R$ 141.970,00** já foram executados e aprovados depois de objeto de análises por parte da própria unidade e, atualmente encontra-se em fase de execução valores de **R$ 2.398.286,00,** através dois convênios celebrados com o Estado.

07 - Declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV:

DECLARAÇÃO

Eu, **Milton Correia dos Santos Filho**, CPF n° **898.732.977-15**, **Técnico em Contabilidade**, exercido na **Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Sergipe – SFA/SE,** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Aracaju, 20 de Março de 2012.

Milton Correia dos Santos Filho
CPF: 898.732.977-15
Técnico em Contabilidade,

08 – Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93:

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	**02**	-	**15**
	Entregaram a DBR	**02**	-	**15**
	Não cumpriram a obrigação	**0**	-	**0**

Fonte: SHR/SFA-SE Tabela nº 44

Análise Crítica

A Superintendência possui 17 (dezessete) funções de confiança e todos os servidores com funções comissionadas entregaram em tempo hábil suas declarações de Bens e Renda, conforme de termina a legislação, cabe a Seção de Recursos Humanos da SFA/SE receber e gerenciar as declarações recebidas. Até a presente data a unidade não possui sistema informatizado para gerenciamento das declarações, onde as mesmas ficam arquivadas em uma única pasta AZ.

09 – Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos:

I. ambiente de controle;
II. avaliação de risco;
III. procedimentos de controle;
IV. informação e comunicação;
V. monitoramento.

9.1 - Estrutura de controles internos da UJ:

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	X				
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X

18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	X				
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	X				
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	X				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.	X				
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	X				
Considerações gerais:					
LEGENDA **Níveis de Avaliação:** **(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. **(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. **(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. **(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. **(5) Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Tabela nº 45

10 - Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras:

10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis:

Aspectos sobre a gestão ambiental	**Avaliação**				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				

2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		X			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?		X			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, *folders*, comunicações oficiais, etc.)?				X	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, *folders*, comunicações oficiais, etc.)?				X	
Considerações Gerais:					

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no

contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Tabela nº 46

Em cumprimento ao Decreto nº 5.940/2006 que institui a Coleta Seletiva Solidária nos órgãos e entidades da administração pública e sua destinação às associações e cooperativas de catadores, a SFA/SE assinou, em julho de 2007, Termo de Cooperação Técnica para destinação do material reciclável à CARE – Cooperativa dos Agentes Autônomos de Aracaju, e atua como ponto de coleta voluntária dos materiais recicláveis dos servidores e colaboradores. Na tabela abaixo o resumo volume de material reciclável repassado à Cooperativa.

Não foram implementados itens relacionados às Licitações Sustentáveis em conformidade à IN SLTI – MP nº 01/2010.

MATERIAL	METAIS			PAPEL / PAPELÃO			VIDROS		PLÁSTICOS	
EXERCÍCIO	AÇO	ALUMINIO	LATA	APARA	JORNAL	PAPELÃO	LITRO	VIDRO	PET	PLASTICO
2009	15	0	59	945	353	368	0	0	0	9
2010	0	0	47	949	475	404	0	0	0	43
2011	0	0	382	1360	896	971	0	0	0	449
TOTAL	15	0	488	3.254	1.724	1.743	0	0	0	501

11 - Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial:

11.1 - Distribuição dos Bens Imóveis de uso Especial em Propriedade da União:

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	**UF Sergipe**	**12**	**12**
	Aracaju	1	1
	Campo do Brito	1	1
	Capela	1	0
	Frei Paulo	1	1
	Indiaroba	1	1
	Itabaiana	1	1
	Itabaianinha	1	1
	Japoatã	2	2
	Nossa Senhor das Dores	2	2
	Riachão do Dantas	1	1
	Riachuelo	1	1
Subtotal Brasil		**13**	**12**
EXTERIOR	----	**0**	**0**
Subtotal Exterior		**0**	**0**
Total (Brasil + Exterior)		**13**	**12**

Fonte: Sistema Spiu Net -- Tabela nº 47

11.2 - Distribuição dos Bens Imóveis de uso Especial Locados de Terceiros:

Não se aplica, na gestão da Superintendência Federal de Agricultura em Sergipe – SFA/SE.

11.3 - Distribuição dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob a Responsabilidade da SFA/SE:

UG	RIP	Regime	Estado de Conser vação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavalia- do	Imóvel	Instala-ções
130028	3105.00124.500-0	**21**	**5**	238.918,69	31.07.02	1.151.253,10	21.000,00	0,00
130028	3119.00002.500-7	**9**	**4**	54.230,53	24.08.00	384.784,90	0,00	0,00
130028	3145.00008.500-9	**9**	**4**	67.387,91	04.07.00	207.912,67	0,00	0,00
130028	3155.00004.500-4	**9**	**4**	541,89	22.08.00	55.808,89	0,00	0,00
130028	3157.00027.500-6	**9**	**4**	315.996,45	28.08.00	315.996,45	0,00	0,00
130028	3159.00006.500-8	**9**	**4**	713,50	03.07.00	713,50	0,00	0,00
130028	3167.00013.500-7	**9**	**4**	81.013,43	03.07.00	111.086,22	0,00	0,00
130028	3167.00014.500-2	**9**	**4**	1.705,02	03.07.00	9.660,52	0,00	0,00
130028	3191.00009.500-8	**9**	**4**	11.795,49	03.07.00	26.144,14	0,00	0,00
130028	3191.00010.500-3	**9**	**4**	75.357,54	22.08.00	178.309,19	0,00	0,00
130028	3215.00004.500-1	**9**	**4**	64.314,83	22.08.00	199.708,06	0,00	0,00
130028	3217.00004.500-8	**9**	**4**	110.838,87	22.06.00	145.138,47	0,00	0,00
Total							**0,00**	**0,00**

Fonte: Sistema Spiu Net -- Tabela nº 48

Análise Crítica:

Encontram-se sob a responsabilidade da SFA/SE 12 imóveis sendo 1 onde funciona a sede da superintendência e 11 localizados no interior do estado sem previsão de utilização motivo pelo qual a reversão ao Patrimônio da União já foi solicitada. A Tabela abaixo detalha a situação dos imóveis em processo de reversão.

Em 03/05/2011 foi realizada reunião arbitrada pela Câmara de Conciliação tendo por objetivo resolver pendências acerca da ocupação irregular de parte do prédio sede da SFA/SE pelo DNOCS. Até o momento nenhuma providencia foi tomada pelo DNOCS para atendimento ao acordo firmado relativo ao ressarcimento do montante aproximado de R$ 310.000,00 calculados de nov/1999 até dez/2011.

.

12 - Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando os seguintes aspectos:

a) Planejamento da área;
b) Perfil dos recursos humanos envolvidos;
c) Segurança da informação;
d) Desenvolvimento e produção de sistemas;
e) Contratação e gestão de bens e serviços de TI.

12.1 - Gestão de Tecnologia da Informação (TI):

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.		X			
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	X				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	**01**				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	X				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	X				
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	**5%**				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.	X				
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	X				
Considerações Gerais:					
LEGENDA **Níveis de avaliação:** **(1) Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. **(2) Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. **(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. **(4) Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. **(5) Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

Tabela nº 49

A Superintendência não tem autonomia de gestão no que se refere à Tecnologia da Informação, o órgão central (MAPA) mantém uma Coordenação nacional com profissionais capacitados onde trabalha a gestão de forma corporativa pactuando ações conjuntamente com os representantes estaduais (servidores formalmente designado) nos seguintes aspectos: planejamento, desenvolvimento e produção de sistemas, treinamento dos representantes estaduais e contratação de bens e serviços direcionados para a tecnologia da informação visando proporcionar a otimização e a segurança da informação.

13 - Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do Governo Federal:

13.1 -Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício:

QUADRO A.13.1 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR — Valores em R$ 1,00

Código da UG 1	130028	**Limite de Utilização da UG**	20.000,00		
Portador	**CPF**	**Valor do Limite Individual**	**Valor**		**Total**
			Saque	**Fatura**	
Paulo Fernando de Oliveira	023.210.845-53	500,00	105,34	429,51	534,85
Osmar carvalho Machado	112.763.475-53	500,00	-	253,63	253,63
José Diógenes Pinheiro Júnior	121.200.573-20	500,00	-	2.830,17	2.830,17
Getúlio Soares de Lima	127.296.555-49	500,00	-	380,00	380,00
Luiz ferreira Aragão	190.083.685-87	500,00	-	1.400,00	1.400,00
Ataíde Magalhães Setúbal Neto	191.505.805-82	500,00	-	1.582,42	1.582,42
Jorge Henrique Sousa Saraiva	202.033.063-68	500,00	-	171,66	171,66
Edmilson de Almeida Vieira	221.279.251-49	500,00	-	644,12	644,12
Ronaldo Nunes da Silva	313.344.314-34	500,00	-	1.000,84	1.000,84
Total utilizado pela UG			**105,34**	**8.692,40**	**8.798,18**
Código da UG 2: -		**Limite de Utilização da UG: -**			
-	-	-	-	-	-
Total utilizado pela UG					
Total utilizado pela UJ			**105,34**	**8.692,40**	**8.798,18**

Fonte: SIAFI - Tabela nº 50

13.2 - Utilização dos Cartões de Crédito Corporativo da Unidade:

QUADRO A.13.2 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA) — Valores em R$ 1,00

Exercícios	**Saque**		**Fatura**		**Total (R$)**
	Quantidade	**(a) Valor**	**Quantidade**	**(b) Valor**	**(a+b)**
2011	**01**	**105,34**	**09**	**8.692,40**	**8.798,18**
2010	**02**	**806,00**	**15**	**7.300,61**	**8.106,61**
2009	**03**	**735,00**	**25**	**21.207,68**	**21.942,68**

Fonte: SIAFI - Tabela 51

14 - Informações sobre as Renúncias Tributárias sob a gestão da UJ:

Não se aplica, justificativa da introdução do relatório.

15 - Informações sobre as providencias adotadas para atender as deliberações e Acórdãos do TCU no Exercício:

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício:

No exercício de referencia, a Unidade não foi objeto de deliberações do TCU.

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício
No exercício de referencia, a Unidade não foi objeto de deliberações do TCU

15.3 - Recomendações do OCI atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			**Código SIORG**
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
1	250768	3.1.1.1	Oficio 119/2012
Órgão/entidade objeto da recomendação			**Código SIORG**
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe			**130028**
Descrição da Recomendação:			
A SFA/SE deve solicitar as orientações à Coordenação-Geral do SCDP a fim de implementar a operacionalização do sistema. Selecionar servidores e capacitá-los a fim de adequada utilização do sistema.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			**Código SIORG**
Serviço de Apoio Administrativo			-
Síntese da providência adotada:			
A administração Central retomou as iniciativas para implantação do sistema. O gestor local já foi habilitado e distribuiu senhas a todos os servidores. Os perfis indicados foram certificados pelo Serpro. Foi realizado treinamento de representante da SFA/SE em Brasília (05 a 08/12/2011) com repasse local das orientações. Em 12/01/2012 foi realizada vídeo aula sobre o SCDP, iniciativa da gestora do SCDP, Celuta Lima.			
Síntese dos resultados obtidos			
A SFA/SE adota, desde janeiro de 2012, o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Foram obstáculos a implantação a falta de coordenação da administração central para proves os órgãos inferiores de mecanismos para concluir o processo de implantação.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			**Código SIORG**
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
2	254677	3.1.1.1	Oficio 119/2012
Órgão/entidade objeto da recomendação			**Código SIORG**
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe			**130028**
Descrição da Recomendação:			
Realizar licitação para contratação de empresa prestadora de serviço de limpeza e conservação predial e copeiragem, haja vista os contratos 13/2010 e 14/2010, com a empresa de CNPJ 02.945.243/0001-28, terem sido firmados sem amparo legal e rescindir os contratos 13/2010 e 14/2010, com a empresa se CNPJ 02.945.243/0001-28, tão logo a SFA possa assinar contrato com o licitante vencedor da licitação referida na recomendação anterior.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			**Código SIORG**

Serviço de Apoio Administrativo	-
Síntese da providência adotada:	
Através do processo 21054.165/2011-97, foi realizado novo pregão (004/2011) para os serviços indicados e foram assinados novos contratos para os serviços de copeiragem e limpeza com vigência a partir de 01/07/2011.	
Síntese dos resultados obtidos	
Novos contratos assinados de acordo com os parâmetros legais.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve.	

Fonte: SAD - Tabela 52

16 - Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno:

Não se aplica, na gestão da Superintendência Federal de Agricultura em Sergipe – SFA/SE

17 - Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada:

17.1 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):			**Código da UG:**
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Sergipe - SFA/SE			130028
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), relativa ao exercício de 2011 refletem a adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília, DF	**Data**	31 DE DEZEMBRO DE 2011
Contador Responsável	Alberto Jerônimo Pereira	**CRC nº**	006624/T–8 GO

18 – Resultados e Conclusões:

A Superintendência dentro da sua competência institucional executou exatamente 21 ações diretas, dando sua parcela de contribuição em sete programas do plano plurianual, dentre as ações uma de apoio administrativo e as demais foram ações finalísticas que impactam diretamente na produção rural, comercio e indústria do agronegócio e na sociedade em geral.

Para cada ação finalística, a unidade trabalhou utilizando o Plano Operativo Anual – POA, onde estão definidas as metas física e financeira, para medir o desempenho das ações a utilizou alguns indicadores alinhados com os princípios básicos da administração pública como: eficácia, eficiência e efetividade, apresentou também os indicadores institucionais o qual foi implantado pelo Órgão central (MAPA) e que só três aplicam-se a Superintendência, e os gerenciais de recursos humanos.

Diante dos resultados dos indicadores, fica claro que o desempenho da unidade no exercício de referencia foi bastante favorável em relação ao exercício anterior, a unidade teve

superadas as metas previstas para suas ações principais e, como conseqüência obteve os seguintes resultados:

Resultados Diretos:

- ⇨ Manutenção da Sanidade Vegetal, Prevenção e Controle de Pragas no Estado;
- ⇨ Manutenção da Sanidade Animal, Prevenção e Controle de Doenças no Estado;
- ⇨ Levantamento e Diagnóstico do Número e Localização dos Produtores Orgânicos do Estado;
- ⇨ Conscientização dos Produtores p/ o cumprimento da Resolução Normativa nº 4 da CTNBio, para o Plantio dos Organismos Geneticamente Modificados;
- ⇨ Ausência de Registros de Introdução de Pragas Quarentenárias no Estado;
- ⇨ Diminuição na Oferta de Sementes e Mudas Clandestina no Estado;
- ⇨ Melhoramento no Padrão de Qualidade dos Produtos destinados à Alimentação Animal;
- ⇨ Oferta de Alimentos de Origem Animal dentro dos padrões e normas que garante a segurança alimentar;
- ⇨ Garantia da Manutenção do Padrão de Qualidade dos Produtos de uso Veterinário;
- ⇨ Combater a Fraude Comercial para o Consumidor;
- ⇨ Controle na Aplicação dos Agrotóxicos;

Resultados Indiretos :

- ⇨ Aumento da Produção de Grãos do Estado;
- ⇨ Status de Zona Livre de Febre Aftosa do Estado;
- ⇨ Status de Zona Livre das Principais Pragas Quarentenárias do Estado;
- ⇨ Manutenção da Produção de Citros do Estado.

Apesar de, a unidade apresentar um número reduzido do cargo de Fiscal Federal Agropecuário, os números apresentados foram satisfatórios, daí conclui-se que a Superintendência cumpriu o seu papel no desempenho das políticas publicas, contribuindo para o engrandecimento do Estado nas políticas empregadas em atividades agropecuárias, assim como garantindo direta ou indiretamente para a sociedade produtos agropecuários dentro das normas legais e com excelente padrão de qualidade.